

BELÉM
2019

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL
A CASA SENHORIAL: ANATOMIA DOS INTERIORES

CADERNO DE
RESUMOS

4, 5 E 6 DE JUNHO

CASASENHORIALBELEM.WIXSITE.COM/2019

CADERNO DE RESUMOS
VI COLOQUIO A CASA SENHORIAL:
ANATOMIA DOS INTERIORES

Organização

Marcia Cristina Nunes

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Cidadania
Osmar Terra

Fundação Casa de Rui Barbosa
Presidente substituta
Lúcia Maria Velloso de Oliveira

Diretor Executivo substituto
Ronaldo Leite Pacheco Amaral

Diretor do Centro de Pesquisa
Antonio Herculano Lopes

Chefe do Setor de História
Joëlle Rouchou

Chefe do Setor de Editoração
Benjamin Albagli Neto

Caderno de Resumos VI colóquio internacional A casa senhorial: anatomia dos interiores

Comissão organizadora

Dra. Ana Maria Pessoa Santos (PPGMA/FCRB)
Dra. Marcia Cristina R. Gonçalves Nunes (PPGCLC/UNAMA)
Dra. Isabel Mayer Godinho Mendonça (UNL)
Dr. Helder Alexandre Carita Silvestre (UNL)

Comitê científico

Dr. José Belmont Pessoa (PPGAU/UFF)
Dr. Nelson Porto (PPGAU/Ufes)
Dra. Raquel Henriques da Silva (UNL)
Dra. Ana Lúcia Vieira dos Santos (EAU/UFF)
Dra. Cybele Miranda (LAMEMO/UFPA)
Dr. João Vieira Caldas (IST/UL)
Dr. Carlos Alberto d'Avila Santos (Centro de Artes /UFPeI)
Ms. José Marques Morgado Neto (Fórum Landi/UFPA)
Dra. Maria João Pereira Coutinho (IHA/UNL)
Dra. Marize Malta (EBA/UF RJ)
Dr. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (CITAR-Escola de Arte/UCP)
Dr. Carlos Franco (CITAR - Escola de Arte/UCP)

Comitê de colaboradores

Prof. Dr. Jorge Eiró (PPGCLC/UNAMA)
Profa. Dra. Elna Maria Andersen Trindade (Fórum Landi/UFPA)
Profª Drª Ana Léa Nassar Matos (Fórum Landi/UFPA)
Profa. Dra. Cybelle Salvador Miranda (LAMEMO/UFPA)
Prof. Dr. Ronaldo Nonato Ferreira Marques de Carvalho (LAMEMO/UFPA)
Prof. Dr. Alexandre Martins de Lima (FACI-Wyden)

Realização: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Universidade da Amazônia (UNAMA), Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Apoio: CAPES, SECULT, PPGCLC

Organização do Caderno de Resumos: Marcia Cristina Nunes (PPGCLC/UNAMA)

Design Gráfico (diagramação) e capa: Edson Silva de Aquino Jr.

Fotografia: Museu do Estado do Pará

Os textos contidos neste Caderno de Resumos são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores.

Colóquio Internacional A Casa Senhorial: anatomia dos interiores (6.: 2019 : Belém, PA).

Caderno de resumos [recurso eletrônico] / VI Colóquio Internacional A Casa Senhorial: anatomia dos interiores; organização, Marcia Cristina Nunes, Ana Pessoa – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

1 e-book em formato pdf (48 p.).

ISBN : 978-85-7004-400-6

1. Arquitetura de interiores. 2. Casa senhorial. 3. Artes decorativas. I. Pessoa, Ana, org. II. Nunes, Marcia Cristina, org. III. Título.

SUMÁRIO

Apresentação	07
Eixo Temático 1: Proprietários, construtores e Artífices: vivências e rituais	08
A CASA SENHORIAL URBANA DE SEBASTIÃO DE BARROS SILVA EM LIMEIRA – SP Renata Baesso Pereira / Ana Clara Lambert Rodrigues	09
A CHÁCARA DO PARAÍSO, EM NOVA FRIBURGO Carolina de Moraes Calvente	10
ARQUITETURA E VIDA MODERNA: CASAS E PALACETES DA NOVA CAPITAL DE MINAS Ricardo Giannetti	10
CASA DE SÃO ROQUE – ENOBRECER UMA RESIDÊNCIA SIMPLES Domingos Tavares	11
CONSTRUTOR JOSÉ SIDRIM: ENGENHEIRO E ARQUITETO Ana Léa Nassar Matos	12
REMODELAÇÃO URBANA DE BELÉM: VILA BOLONHA E SEUS MATERIAIS NA MODERNIDADE Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes	13
GRAFIA DOS AFETOS: CARTAS A JOSÉ SIDRIM E A RELAÇÃO ENTRE PROPRIETÁRIOS E CONSTRUTORES NA BELÉM DO ECLETISMO Mateus Carvalho Nunes / Pietra Castro Paes Barreto	13
NOS TRILHOS DA MEMÓRIA, UMA RESIDÊNCIA AFORMOSEADA POR UM BOSQUE: O PALACETE AMYNTAS DE LEMOS Maria de Nazaré Sarges/ Luis Augusto Barbosa Quaresma	14
O GLAMUROSO RÉQUIEM DO COLONIALISMO BRITÂNICO: A CASA SENHORIAL CINGALESA NO FILME “NO CAMINHO DOS ELEFANTES” - 1954 Flávio Di Cola/ Luiz Flávio La Luna Di Cola	15
PALACETE ORLANDO LIMA – BELÉM-PA Dulcília Manescky Corrêa Acatauassu Nunes	16
SOBRE DECORAÇÃO, BARONESAS E PINCÉIS Ana Pessoa / Ana Lucia Vieira dos Santos / Douglas Fasolato	16
SOLAR BARÃO DE GUAJARÁ: DE RESIDÊNCIA DE DOMINGOS ANTÔNIO RAIOL A INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO PARÁ Elna Maria Andersen Trindade/ Francianny Keyla Cabral Moraes	17
VILLA MARIA AUGUSTA: O USO DO ESPAÇO RESIDENCIAL E O FEMININO Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva/ Paloma Falcão Amaya	18
O PALÁCIO DE LANDI: DE RESIDÊNCIA DOS GOVERNADORES A ESPAÇO EXPOSITIVO DA ARTE CONTEMPORÂNEA Jorge Eiró	19
O SOLAR DO BARÃO DO JAPURÁ E A PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM BELÉM NA DÉCADA DE 1960 Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves	20
O PERCURSO HISTÓRICO DE UMA CASA SENHORIAL SETECENTISTA DA RUA DO NORTE EM BELÉM DO PARÁ: FATOS E CONJECTURAS SOBRE A CASA ROSADA José Morgado	20
Eixo Temático 2: identificação das estruturas e dos programas distributivos, e o estudo de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço	22
A ARQUITETURA DA CASA ROSADA, UMA CASA SENHORIAL SETECENTISTA EM BELÉM DO PARÁ: MORFOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DISTRIBUTIVAS DOS CÔMODOS. José Morgado	23

A CASA-GRANDE DO ENGENHO DO MURUTUCU E SUA ARQUITETURA CHÃ: AS INFLUÊNCIAS DOS TRATADOS DE SÉRLIO E PALLADIO NA SUA TIPOLOGIA E MORFOLOGIA	
Fernando Luiz Tavares Marques/ José Morgado	23
ACESSOS, CIRCULAÇÕES E HIERARQUIAS: AS TRANSFORMAÇÕES NA COMPREENSÃO DO ESPAÇO RESIDENCIAL NO PALACETE BOLONHA	
Caroline Meireles Figueiredo Rodrigues / Cybelle Salvador Miranda / Ailla Caroline de Carvalho Raiol	24
ADENTRANDO NO PALACETE AUGUSTO MONTENEGRO, BELÉM-PA	
Luisa Ano Bom Moreira / Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes	25
CLASSICISMO NO SOLAR DO BARÃO DO GUAMÁ: ESTUDOS DE PLANOS E VOLUMES DE UMA CASA BURGUESA EM BELÉM DO PARÁ	
Cybelle Salvador Miranda/Ronaldo Marques de Carvalho / Vithória Carvalho da Silva	26
CRONOLOGIA CONSTRUTIVA E DECORATIVA DO PALACETE BIBI COSTA COMO EXPRESSÃO DO ZEITGEIST EM BELÉM DO PARÁ	
Cybelle Salvador Miranda/Ronaldo Marques de Carvalho / Beatriz Martins Manescky	27
DAS ALCOVAS ÀS PRATARIAS: O PROGRAMA DISTRIBUTIVO ORIGINAL DO PALÁCIO ITAPURA (CAMPINAS-SP, 1883-1902) A PARTIR DA ANÁLISE DE INVENTÁRIOS	
Ana Beatris Fernandes Menegaldo/ Renata Baesso Pereira	28
ESPAÇO DO FEMININO NA CASA SENHORIAL: DA CAMA E DO ESTRADO, À CASA DO ESTRADO, CASA DE LAVOR E TOUCADOR	
Helder Carita	28
MUSEU CASA SOLAR MONJARDIM – VITÓRIA	
Luciana Nemer	29
PALACETE AURÉLIA PASSARINHO: O JARDIM E A MORADIA	
Pietra Paes Barreto/ Ana Léa Nassar Matos	30
CASA DA DONA CARLOTINHA: A TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL DA CASA TERESINENSE DO INÍCIO DO SÉCULO XX	
Vitória Isabelle de Souza Oliveira/ Ana Clara Carneiro de Melo/ Camila Soares de Figueiredo/ Amanda Cavalcante Moreira	31
O LUGAR DO ORATÓRIO NA CASA SENHORIAL PORTUGUESA	
João Vieiras Caldas	32
SENTINELAS DA PAISAGEM: OS MIRANTES DAS CASAS BURGUESAS EM SALVADOR	
Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida	32
TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NA CASA AMARANTE – PI: FINAL DO SÉCULO XIX INÍCIO DO SÉCULO XX	
Amanda Cavalcante Moreira	33
Eixo Temático 3: a ornamentação fixa azulejos, tetos, talhas, pinturas, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés, lareiras, janelas, portas e outros bens integrados	35
VILAS SENHORIAIS DO ECLETISMO PELOTENSE	
Carlos Alberto Ávila Santos	36
PARQUE DA RESIDÊNCIA: A CASA DOS GOVERNADORES DO PARÁ NO SÉCULO XX	
Edson Silva de Aquino Júnior / Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes	36
A SALA DE JANTAR DA CASA MUSEU DO AÇUDE E SEUS APARATOS	
Mariana Rodrigues	37
O USO DO FERRO NOS PALACETES REPUBLICANOS DE BELÉM: PARIS N'AMÉRICA, AUGUSTO MONTENEGRO E PARQUE DA RESIDÊNCIA	
Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes	38
O ECLETISMO NO PALÁCIO DE LANDI: ANÁLISE ESPACIAL E ORNAMENTAL DA INTERVENÇÃO DE AUGUSTO MONTENEGRO	
Elna Maria Andersen Trindade/ Mateus Carvalho Nunes	38
CASAS SENHORIAIS RURAIS NO SUL DE MINAS GERAIS: FAZENDAS NO TERRITÓRIO DE GUAXUPÉ E POÇOS DE CALDAS	

Rafael Augusto Silva Ferreira/ Ana Carolina Dionésio de Almeida	39
A CASA SENHORIAL DE TERESINA: REGISTRO E ANÁLISE DOS INTERIORES DO CASARÃO DA RUA BELA	
David Alisson da Silva/ Nathália Gomes Freire/ Amanda Cavalcante Moreira	40
JANELAS E PORTAS DA RESIDÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO DOS GOVERNADORES DO GRÃO-PARÁ: O MOVIMENTO DAS IMAGENS	
Elna Maria Andersen Trindade/Mateus Carvalho Nunes	41
O ORNAMENTO NA PINTURA DECORATIVA OITOCENTISTA FLUMINENSE	
Ana Claudia de Paula Torem	42
PAPEL DE PAREDE E AS CASAS SENHORIAIS: A CASA DA HERA COMO EXEMPLO	
Carlos Gonçalves Terra/ Kátia Maria de Souza	43
A PRESENÇA DOS TÊXTEIS NAS CASAS SENHORIAIS	
Almir Paredes Cunha	44
UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE AS PINTURAS PARIETAIS DE CASAS SENHORIAIS DA CAMPANHA GAÚCHA	
Monica de Macedo Praz/ Carlos Alberto Ávila Santos	44
AS PROPOSTAS PARA DECORAÇÃO DE INTERIORES DO ARQUITECTO BOLONHÊS GAETANO LANDI	
Isabel Mendonça	45
CHOCOLATEIRAS NA CORTE JOANINA - 1808-1821	
Rosângela Leite	46
MORAR ARISTOCRÁTICO NO FLAMENGO: PARTICULARIDADES DA RESIDÊNCIA MARTINS DE ALMEIDA	
Denise Vianna Nunes	46
Eixo Temático 4: o equipamento móvel em suas funções; suas relações com o espaço; o conjunto e a circulação das peças, a atmosfera do lugar	48
LEITOS E CATRES DITOS RÚSTICOS NO BRASIL COLONIAL	
Pedro Ilg Pestana	49
TRAZENDO O MUNDO PARA DENTRO DE CASA - A CASA MUSEU EVA KLABIN NO RIO DE JANEIRO	
Ruth Levy	49
UMA VIAGEM PELOS INTERIORES SENHORIAIS ATRAVÉS DO MOBILIÁRIO DO MUSEU CASA DA HERA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOBILIÁRIO OITOCENTISTA NO BRASIL	
Kátia Maria de Souza/ Andreia Maria da Silva	50
A SALA DE JANTAR DO INTENDENTE: AMBIÊNCIA E POLÍTICA NA BELÉM DA BELLE ÉPOQUE	
Cybelle Salvador Miranda/Camila Trindade da Conceição/ Rony Helder Nogueira Cordeiro	51
VIVER COM ARTE: DECORAÇÃO E COLEÇÕES NOS INTERIORES DAS CASAS SENHORIAIS DE FINS DO SÉCULO XIX EM PORTUGAL E BRASIL	
Marize Malta	52
A HERÁLDICA E A ARISTOCRATIZAÇÃO DOS AMBIENTES EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVIII A XX	
Gonçalo de Vasconcelos e Souza.....	52

APRESENTAÇÃO

Será realizado no Teatro Gasômetro de 04 à 06 de junho, em Belém-PA, Brasil, o VI Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores, onde apresentamos neste Caderno de Resumos as comunicações submetidas e aprovadas pelo comitê científico do referido Colóquio.

O evento é promovido pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Universidade Nova de Lisboa (Portugal), com o apoio da CAPES, da Secretaria de Cultura do Estado do Pará e do grupo de pesquisa Casas Senhoriais e seus Interiores: Estudos Luso-Brasileiros em Arte, Memória e Patrimônio.

Trata-se de uma reunião científica de pesquisadores, aberta à participação de estudiosos de todo o mundo, para compartilhar e confrontar resultados de estudos acerca das casas senhoriais, do século XVII ao início do XX, com foco em quatro linhas de investigação, que foram as seções desta edição:

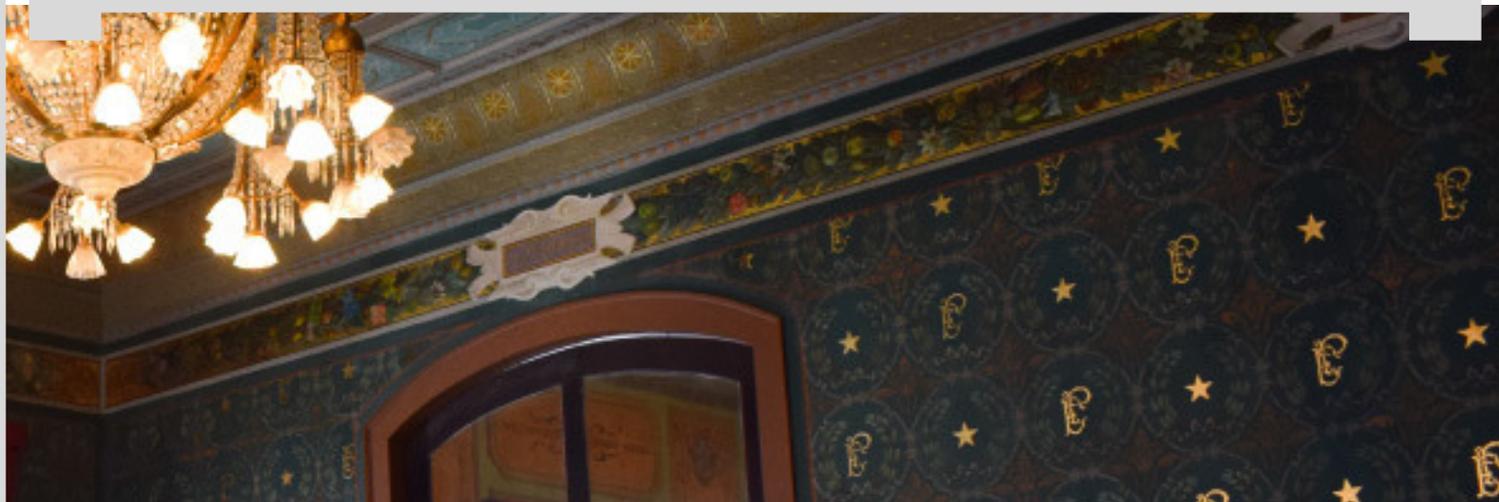
- I. Proprietários, construtores e artífices. Vivências e rituais.
- II. Identificação das estruturas e dos programas distributivos e o estudo de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço.
- III. A ornamentação fixa: azulejos, tetos, talhas, pinturas, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés/lareiras, janelas, portas, pára-ventos e outros bens integrados.
- IV. O equipamento móvel nas suas funções específicas e suas relações com o espaço; o conjunto e as circulações das peças; a atmosfera do lugar

O VI Colóquio A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores dá sequência a encontros anuais, iniciados em Lisboa, de 4 a 6 de junho de 2014, sediado pela Fundação Ricardo Espírito Santo e a Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do projeto “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores”.

Desde então, o evento vem sendo realizado alternadamente em cidades portuguesas e brasileiras: no Rio de Janeiro, de 11 a 13 de agosto de 2015, na Fundação Casa de Rui Barbosa; no Porto, de 16 a 17 de junho de 2016, na Universidade Católica do Porto; e, em Pelotas, Rio Grande do Sul, de 7 a 9 de junho de 2017, no Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas, de 6 a 8 de junho de 2018, em Fafe, Portugal.

BELÉM
2019

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL A CASA SENHORIAL: ANATOMIA DOS INTERIORES



TEMÁTICA 1 PROPRIETÁRIOS, CONSTRUTORES E ARTÍFICIES. VIVÊNCIAS E RITUAIS

A CASA SENHORIAL URBANA DE SEBASTIÃO DE BARROS SILVA EM LIMEIRA – SP

Renata Baesso Pereira / Ana Clara Lambert Rodrigues

E-mail: renata.baesso@puc-campinas.edu.br

A cidade de Limeira (SP) originou-se, na segunda metade do século XVIII, a partir de um pouso no caminho que levava a Cuiabá. Ao longo do século XIX, a cultura da cana-de-açúcar e depois do café foi consolidando o desenvolvimento do núcleo urbano, especialmente no que se refere à sua arquitetura. Importantes proprietários de terras buscaram edificar suas residências urbanas fazendo uso de capitais exorbitantes e instalando-as nas áreas onde estavam os principais edifícios da cidade, próximos da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores e da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção. O artigo apresenta o estudo da casa senhorial urbana de Sebastião de Barros Silva, neto do Barão de Campinas e membro de uma das famílias proprietárias de terras mais importantes da região. A casa senhorial foi concluída em 1881 e o terreno escolhido por Sebastião de Barros Silva era ao lado do templo edificado por seu avô, a Igreja da Boa Morte. Para sua edificação foi contratado o **construtor italiano Aurélio Civatti**, que já havia sido responsável por dirigir os trabalhos de edificação da Igreja da Boa Morte. Originalmente a casa ocupava toda a quadra, contando com um amplo jardim, pomar e cocheiras, se destacando das outras residências próximas. Na primeira década do século XX, a família Barros Silva se envolve em problemas financeiros e para quitar seus débitos entrega os bens imóveis rurais e urbanos à Casa Bancária Levy & Irmão, fundada por imigrantes alemães. A casa urbana é então transformada na sede da firma, uso mantido até o ano de 1915. O imóvel passou por diversas mudanças de usos e atualmente abriga a sede da Secretaria Municipal da Cultura e a Escola Municipal de Cultura e Artes (EMCEA). A partir deste estudo de caso, o artigo tem por objetivo compreender como, no final do século XIX, a produção do casario senhorial urbano contribuiu para o “embelezamento” de Limeira e em que medida sua produção obedecia às regras do decoro, em conformidade com a posição social e econômica das famílias proprietárias. O exemplar em questão é fruto de ideias veiculadas em manuais e tratados que circulavam entre artífices, construtores e práticos. O trabalho também analisa a atuação do italiano Aurélio Civatti em Limeira-SP, particularmente na construção desta casa senhorial. Alinhado com a tradição construtiva de seu país de origem e com mudanças que seriam em breve introduzidas na legislação construtiva, Aurélio Civatti é um dos responsáveis pela difusão da alvenaria de tijolos como técnica construtiva na cidade de Limeira. A construção da casa, seu programa e suas características formais são analisados a partir de documentação primária como jornais e almanaques de época, registros fotográficos, Códigos de Posturas e levantamentos in loco.

Renata Baesso Pereira: Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP, Brasil, membro do corpo docente permanente do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ PUC - Campinas, desde 2012) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU PUC Campinas, desde 2008), lecionando as disciplinas de Arquitetura no Brasil, Urbanismo no Brasil e Tipologia e Forma Urbana. Membro do grupo de pesquisa "História das Cidades: Ocupação Territorial e Ideários Urbanos" do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (CEATEC PUC Campinas). Doutora pela FAU USP na área de concentração História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

Ana Clara Lambert Rodrigues: Aluna do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Católica de Campinas. Bolsista de Iniciação Científica do CNPQ.

A CHÁCARA DO PARAÍSO, EM NOVA FRIBURGO

Carolina de Moraes Calvente

E-mail: carolcalvente@hotmail.com

Situada na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, a Fazenda Chácara do Paraíso é uma antiga propriedade rural localizada em Nova Friburgo, cidade que tem origem em colônia fundada, em 1818, por imigrantes suíços. Casados em 1830, a suíça Marianne e o francês Guillaume deram origem à família Salusse, cuja trajetória está vinculada à criação do primeiro hotel da cidade e ao desenvolvimento da região. Sua filha mais velha, Josefina, e seu marido, José Antônio Marques Braga, adquiriram a chácara em meados do século XIX, que vem sendo mantida na família através de seis gerações. Situada em um vale com cerca de 147 hectares, a dois quilômetros do centro da cidade, cercada por vegetação nativa, a chácara preserva o casario da antiga sede, composto pela casa principal em estilo *chalet*, um sobrado e uma casa térrea. Complementam o conjunto, jardins frontais e laterais e algumas edificações menores. A casa está em bom estado de conservação, com as estruturas originais preservadas, bem como seu acervo de móveis e objetos de época, e recebeu tombamento municipal em 1995. A comunicação aborda a importância histórica e cultural desta propriedade em seus quase 160 anos de existência, resgatada a partir das vivências e memórias dos seus proprietários. Será analisada sua evolução construtiva, correlacionando-a com a genealogia familiar, as mudanças de formas de morar e a evolução histórica da região, a partir de documentos do acervo familiar, como fotografias e correspondência; arquivo e bibliografia sobre Nova Friburgo, depoimento de familiares bem como levantamento arquitetônico.

Carolina de Moraes Calvente / carolcalvente@hotmail.com

Licenciada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) com especialização em Sustentabilidade pela Universidade Federal Fluminense (2010), ingressou no PPG em Memória e Acervos da FCRB em 2018. Tem experiência nas áreas privada e pública, como coordenadora de projetos, atuando na área de planejamento urbano e patrimônio cultural, atualmente no Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, órgão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

ARQUITETURA E VIDA MODERNA: CASAS E PALACETES DA NOVA CAPITAL DE MINAS

Ricardo Giannetti

E-mail: rgbhz2018@gmail.com

Ideais positivistas nortearam decisivamente a implantação da República brasileira nos últimos anos do século XIX. O Estado de Minas Gerais, no intuito de modernizar e acentuar seu desenvolvimento, determinou, na primeira Constituição Estadual republicana, promulgada a 15 de junho de 1891, a mudança da sua capital. Reunido o Congresso Mineiro em Barbacena, a 17 de dezembro de 1893, após a conclusão de estudos técnicos preparatórios que analisaram alguns pontos favoráveis em diferentes regiões do estado, e vencidos intensos e memoráveis embates, foi estabelecida a localidade onde se ergueria a capital e o prazo de quatro anos para sua inauguração. Planejada por Aarão Leal de Carvalho Reis e construída pelo seu sucessor, Francisco de Paula Bicalho, engenheiros-chefes da Comissão Construtora da Nova Capital, a cidade foi implantada sobre terrenos do arraial do Belo Horizonte, antigo Curral d'El-Rey, na região central do estado, no período entre 1894 e 1897. O resultado desse empreendimento põe um ponto final ao longo século XIX em Minas Gerais. Por seu arrojo, pode ser visto como a principal realização da República no período. Algumas considerações são possíveis a partir da exposição desse momento histórico. Examina-se com primazia a atuação do engenheiro-arquiteto pernambucano José de Magalhães, por ter desempenhado o membro Comissão Construtora papel essencial na tentativa de fixar a fisionomia moderna da metrópole. Coube ao engenheiro o encargo de assinar a planta arquitetônica da mais significativa construção do programa da cidade, o Palácio Presidencial, erguido na praça da Liberdade. No corpo do edifício encontram-se dispostas as necessárias salas de repartições e burocracias afeitas ao comando do executivo e, em espaços

internos, cômodos destinados à residência do titular da presidência e de sua família. Em uma de suas alas laterais, alguns quartos se voltavam para a recepção de eventuais hóspedes oficiais. Por todo o Palácio, soma-se ao desenho arquitetônico de Magalhães o planejamento artístico de autoria do pintor-decorador Frederico Steckel, um profissional que acumulava larga atuação no Rio de Janeiro. Esta parceria se repetirá nas importantes casas residenciais dos secretários de Estado e em outros prédios públicos da administração. No curso das primeiras décadas do século XX, revelam-se igualmente relevantes as realizações contínuas de arquitetos, proprietários, construtores e artífices qualificados, que, ao projetarem suas casas, palacetes e comércios, reinterpretem a experiência utópica de modernidade proposta pela Comissão Construtora da Nova Capital.

Currículo: Pesquisador e autor de estudos sobre a arte brasileira do século XIX, em especial sobre a arte mineira oitocentista. Escreveu inúmeros artigos publicados em livros, periódicos e anais de encontros científicos. É autor do livro *Ensaio para uma história da arte de Minas Gerais no século XIX* (2015), no qual renova a abordagem do tema proposto numa coletânea de oito textos.

CASA DE SÃO ROQUE – ENOBRECER UMA RESIDÊNCIA SIMPLES

Domingos Tavares

E-mail: domingos@dafne.pt

Na saída nascente da cidade do Porto, para lá da igreja do Bonfim, corria a estrada por São Roque da Lameira, passando o vale, em direcção às serranias marginais do rio Douro. Era o lugar das Quintas de Campanhã, periferia agrícola tradicional convivendo com solares de veraneio de boas famílias burguesas da cidade, as de fortunas enobrecidas pela economia do Port-Wine e dos têxteis. Quadro de prosperidade da sociedade romântica instalada desde os finais do século XVIII, que vivia em ambiente urbano a ocidente, próxima do mar, e ia à quinta e à caça para o oriente rural, sem perder de vista a paisagem profunda das curvas do mesmo rio.

A casa é assinalada no local desde 1792, na meia encosta junto à estrada, a um quilómetro do Bonfim, quando era residência de velhos proprietários agrícolas. Construção simples, de sobrado sobre cave semienterrada no pendente, presença discreta, sólida e bem dimensionada. Tomando vistas a sul, de onde vinha o sol, por uma sequência regular de janelas altas, orientava o seu quotidiano para um jardim exterior a norte, de onde se saía para as leiras trabalhadas. Passaram anos e herdeiros, foi mudando de usos, para no final de novecentos pertencer a uma bela viúva, culta e elegante, que casou em segundas núpcias com um importante gestor de empresa, exportadora de vinhos para o Brasil e outros mundos. António Ramos Pinto, o irmão da firma Adriano Ramos Pinto e Irmão, fixou residência e família naquela casa, tratando de a remodelar como palacete urbano, virando a casa à rua, construindo urbanidade. Substituiu o muro de protecção da intimidade por grade transparente, plantou árvores exóticas no vazio fronteiro, montou uma fonte exterior, subiu beirais e frontões, à procura de um exotismo dignificador do estatuto social da nova família. Seguindo a concepção burguesa da aparência exterior, não desperdiçou o requinte interior dos salões, o jardim das japoneiras como marca identitária portuense, o pavilhão de caça e a mata que se estende a toda a propriedade. José Marques da Silva era um arquitecto jovem e este gestor foi um dos seus primeiros clientes. Perante a personalidade forte do encomendante, soube encontrar cumplicidades entre sensibilidades distintas de arquitecto e dono da obra, jogando a sua arte como um labirinto de ideias articuladas. Integrou competências dos diferentes artífices, do estuque, executores das carpintarias ou serralharias, bem como fornecedores especiais, fossem portugueses, franceses ou ingleses, dos elementos da decoração fixa da obra. Destaca-se o exemplo dos azulejos artísticos para as fachadas e interiores, dos sistemas sanitários e de aquecimento, da execução de envidraçados policromos, etc.

Currículo: Arquitecto, professor jubilado da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, investigador do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Grupo Atlas da Casa. Trabalha sobre o tema de arquitecturas de transição do século XIX para o século XX. Publicou, sobre o tema *Casas de Torna-Viagem*, “Francisco Farinhas, realismo moderno” (DAFNE, 2007), “Casas de Brasileiro – erudito e popular na arquitectura dos torna-viagem” (DAFNE/FAUP, 2015), “Transformações na Arquitectura

Portuense, o caso de António da Silva” (DAFNE/FAUP, 2017) e "Casas na duna - o chalé do Matos e os palheiros do Furadouro (DAFNE/FAUP, 2018).

CONSTRUTOR JOSÉ SIDRIM: ENGENHEIRO E ARQUITETO

Ana Léa Nassar Matos

E-mail: analea04@gmail.com

José Sidrim foi figura importante no cenário construtivo de Belém do Pará no início do século XX. Vindo do Ceará, aportou naquela capital em 1900, com 19 anos, dando um novo rumo para sua vida. Com o passar do tempo reconheceu-se paraense, fazendo justiça ao lugar onde percorreu a vitoriosa trajetória profissional e onde haviam penetrado suas raízes afetivas. A formação de desenhista proporcionou sua inserção no mercado de trabalho. Foi professor no Instituto Lauro Sodré e trabalhou na Seção de Obras da Intendência Municipal, administração Antônio Lemos, figura emblemática da história do Pará, com quem estabeleceu relações mais próximas. Executou a Planta da Cidade de Belém e da Carta do Município de Belém, publicadas no Relatório Municipal de 1904. Do posto privilegiado, ocupado como funcionário municipal, aprimorou seus conhecimentos e estabeleceu amizades fundamentais para seu estabelecimento. A educação acadêmica, em Arquitetura e Engenharia, obteve por meio de cursos por correspondências, de Turim e Rio de Janeiro. Uma modalidade que se consolidava na área da Educação, no período pós-Revolução Industrial, socializando o Saber e o conhecimento das novas tecnologias. Na Intendência manteve-se por dez anos, depois instalou o próprio escritório em sua moradia, contando com o auxílio da esposa para ordenar o lugar e fazer as cópias de seus desenhos. No ramo da construção civil concorreu com renomadas e consagradas firmas do mercado construtivo paraense, como Salvador Mesquita & Cº. e J. S. Freitas & Cº. Sua biblioteca particular guardava conteúdos que o alçaram aos universos das ideias e dos lugares europeus, mesmo sem nunca ter saído do Brasil. A atualidade de suas informações o colocou na vanguarda tecnológica em Belém, usando pioneiramente o concreto armado. Conjugou sua arquitetura em edifícios das mais variadas funções, porém, foram predominantes os projetos residenciais, em que a modernidade definiu o conforto e o ecletismo comandou a estética. Destacamos entre eles o Palacete José Leite Chermont que traz consigo as marcas digitais do arquiteto; com partidos entrecortados, coberturas em soluções movimentadas, elevações de dinâmicas composições, imitando ou empregando diversos materiais. Os espaços interiores dotados de esmerados acabamentos, belas e bem lançadas escadas, esquadrias com vidros coloridos, paginações de pisos e forros com variados desenhos, pinturas ou papéis nas paredes. A tipologia desse palacete foi identificada pelo arquiteto como “*bungalow*”, um tipo de habitação moderna e agradável. Os ornamentos externos e internos estão alinhados a manifestação neocolonial ocorrida no Brasil, na década de 1920. Um frontão barroco se projeta entre os telhados de forma elegante. Três arcos plenos delimitam o alpendre da entrada principal, e uma escada desenvolvida em dois lances opostos se encontram no mesmo patamar e dão acesso ao edifício. As composições de proporções harmoniosas conferem ao edifício uma aparência sólida. No jardim frontal, uma fonte ornada com singelas conchas e volutas, completa o conjunto de evocações barrocas. Esse projeto sugere uma adesão de José Sidrim ao espírito nacionalista que invadiu a produção arquitetônica da época. Autor de um ecletismo próprio, possui ainda em Belém, prédios em uso perpetuando sua memória.

Currículo: Doutorado em História – UFPA, Belém-PA. Mestrado em Artes Visuais. UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. Especialização em Planejamento Urbano Integrado. FGV, Rio de Janeiro, Brasil. Especialização em Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico. Especialização em Arquitetura nos Trópicos. UFPA, Belém, Brasil. Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFPA, Belém. Atuação Profissional: FUMBEL PMB, Arquiteta.

REMODELAÇÃO URBANA DE BELÉM: VILA BOLONHA E SEUS MATERIAIS NA MODERNIDADE

Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes

E-mail: marcianunes2011@gmail.com

Ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, Belém passou por grande reforma urbanística e de novas construções que se adaptassem a nova forma de morar. Francisco Bolonha (1872/1938), engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro na efervescência do final do século XIX, o “século da ciência”, emerge no bojo de uma nova elite profissional que adotava como modelo de análise um discurso científico evolucionista. Será na modernização arquitetônica que esta investigação trará a Vila Bolonha que forma um conjunto junto ao Palacete Bolonha. A Vila constitui-se de um conjunto de dez residências justapostas, que seguem, a partir do Palacete, em direção à Rua Boaventura da Silva. As casas lembram muito o estilo das típicas construções inglesas daquele estágio e são tão fartas de detalhes e minudências quanto a obra maior, ademais do fino acabamento e superior qualidade dos novos materiais empregados – o ferro. Nessa obra será possível confrontar os detalhamentos das novas técnicas da engenharia e a verificação das normas de construção que foram sendo modificadas durante a Primeira República em Belém. Também nos álbuns de fotografia e periódicos da cidade, encontram-se imagens que confirmavam as narrativas sobre uma Belém civilizada e sobre a referida obra do engenheiro Francisco Bolonha trazendo à superfície um pouco mais da história para entendermos a remodelação urbana pretensamente, moderna.

Palavras-chaves: engenharia, modernidade, técnicas, materiais, ecletismo.

Currículo: Pós-Doutoranda da Universidade de Lisboa. Membro Colaborador da Universidade de Lisboa do curso de Arquitetura e Urbanismo – CIAUD. Doutorado em História pela UFPA; Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano e Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UNAMA. Professor do Programa de Pós Graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura da Universidade da Amazônia – UNAMA e do curso de Arquitetura e Urbanismo. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Casas Senhoriais Belém em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa e Universidade Nova de Lisboa.

GRAFIA DOS AFETOS: CARTAS A JOSÉ SIDRIM E A RELAÇÃO ENTRE PROPRIETÁRIOS E CONSTRUTORES NA BELÉM DO ECLETISMO

Mateus Carvalho Nunes / Pietra Castro Paes Barreto

E-mail: mateuscn4@gmail.com

Utilizadas como meio característico de comunicação entre os membros da elite no início do século XX, as cartas analisadas neste trabalho comunicam interesses, sentimentos e experiências estabelecidas através do relacionamento do arquiteto José Sidrim (1881- 1969) com nobres personalidades de Belém que o contrataram para projetar e construir suas residências. Como ferramenta documental para a pesquisa historiográfica da arquitetura e também no âmbito da história social, as cartas endereçadas ao então expoente da arquitetura eclética na cidade foram amostradas em três exemplares: carta de Guilherme Paiva (1926), de Orlando Lima (1926) e de Benedicto Passarinho (1927), escritas e enviadas a Sidrim ao término das obras. O arquiteto é responsável por transformar os três palacetes, aqui representados e analisados através de suas respectivas cartas, em símbolos da modernidade atrelados ao ecletismo: estes que com o passar dos anos tornam-se, também, marcas da história da cidade de Belém. Conscientes e ávidos pelo ideal de modernidade trazido pelo traço do arquiteto, os autores das cartas exprimiam não somente a gratidão com a obra concluída, serviço essencial pelo qual contrataram o arquiteto, mas a satisfação de estabelecer com ele uma relação social. Expressando por vezes a preocupação com o aspecto econômico e estrutural da obra, por outras, o louvor à magnitude da edificação e do trabalho de José Sidrim, as cartas demonstram o afeto e o estimo dos remetentes causados pelo fazer arquitetônico, permitindo-nos a reflexão sobre a história da posição social do arquiteto em Belém e da influência de seu trabalho na sociedade. Através da compreensão da cultura escrita e das práticas de correspondências da época, o objetivo deste trabalho é coletar e analisar

informações relativas ao exercício da arquitetura, considerando seu âmbito social, as características do ofício de arquiteto em sua época e a construção de uma memória afetiva entre o proprietário da casa, o arquiteto e a edificação. Investiga-se como estas cartas narram as vivências e rituais do modo de fazer arquitetura em um momento de inovação, reflexo direto do panorama econômico que a cidade então passava. As cartas provam-se relatos da dimensão dos impactos que a obra arquitetônica pode causar na memória e no imaginário social, como declarações, epístolas afetivas. Consequentemente, objetiva-se a reconstituição ideológica e imagética de um fragmento da Belém nostálgica, moderna, de caráter idílico, de sua narrativa visual e sua memória afetiva, a partir de tal grafia dos afetos.

MATEUS CARVALHO NUNES Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal do Pará (FAU-UFPA). Doutorando em História da Arte pela Universidade de Lisboa. Investigador associado ao Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa (ARTIS-IHA-UL), ao Fórum Landi (FAU-UFPA) e ao Laboratório da Forma na Razão e na Alucinação (LAFORA-FAU-UFPA).

PIETRA CASTRO PAES BARRETO Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará, com mobilidade internacional na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Coimbra (Portugal). Atualmente integra o grupo de pesquisa “A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores - Belém”.

NOS TRILHOS DA MEMÓRIA, UMA RESIDÊNCIA AFORMOSEADA POR UM BOSQUE: O PALACETE AMYNTAS DE LEMOS

Maria de Nazaré Sarges/ Luis Augusto Barbosa Quaresma
E-mail: sarges@ufpa.br

As casas senhoriais se constituem em espaços que simbolizam poder e hierarquias nas sociedades, ao longo do tempo, essas construções vêm sofrendo com ações de abandono e refuncionalização, gerando muitas vezes a descaracterização de seus traços e/ou destruição. A edificação que esta comunicação se propõe a apresentar foge desta trajetória, foi construída durante o período da *Belle Époque* paraense. Tempo em que a região amazônica passou por diversas modificações culturais, econômicas e estruturais advindas do intenso fluxo de pessoas e capitais decorrentes da economia da borracha. Nesse momento, ocorre uma mundialização do capital e do capital simbólico deste período que acaba se mesclando com as características regionais amazônicas. Durante esse período diversas edificações foram construídas na cidade de Belém para suprir as necessidades da uma nova elite endinheirada as custas do comércio gomífero, tais como o Teatro da Paz, o Cinema Olympia, o Mercado de São Brás e o Mercado de Ferro do Ver-o-Peso, entre outros. Para além dos prédios públicos à serviço da sociedade “como um todo”, as edificações particulares de indivíduos mais abastados, políticos, coronéis da borracha acabam despontando na cidade, como por exemplo o Palacete Montenegro, o Palacete Bibi Costa, o Palacete Bolonha e o Palacete Faciola. Belém nesse período era uma cidade que atraía pessoas de vários locais do Brasil e do mundo, fazendo assim com que muitos dos profissionais que se destacaram na cidade fossem de fora da capital. Um dos indivíduos que chegou à Belém a convite do governador Augusto Montenegro foi o engenheiro capixaba Amyntas de Lemos (1869 – 1952). Nascido na cidade de Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), se formou na Escola de Minas de Ouro Preto, trabalhou na *Recife and São Francisco Railway Company* e, posteriormente, aportou em Belém onde se destacou na construção da Ferrovia Belém – Bragança e no exercício de diversos cargos públicos. Ainda que tenha deixado inúmeros rastros na história de Belém o que resiste até hoje, além de sua pálida memória, é a residência que construiu para morar com a esposa Manoela Alvarez de Lemos no início do século XX. A casa localizada na avenida Almirante Barroso, em frente ao Bosque Rodrigues Alves, teve sua construção terminada no ano de 1909 e é um exemplo do morar das camadas mais abastadas da sociedade paraense, naquele período. Esta residência foi e ainda é um registro atemporal da economia gomífera, levando-nos a compreender não apenas a história do bairro que surgiu como área de campo e virou uma região assaz urbanizada e valorizada, mas também a história da cidade de Belém. Vale ressaltar que, talvez seja a única nesse bairro que continua com a mesma proposta desde a sua construção - a de morar. Nela, ainda vivem os familiares do construtor da residência, constituindo-

se num local repleto de histórias e memórias, testemunho dos diversos períodos e mudanças ocorridos na cidade.

Palavras Chave: *Belle Époque*, Amyntas de Lemos, Edificação, Morar

Maria de Nazaré Sarges (sarges@ufpa.br): Professora Titular da Universidade Federal do Pará. Faculdade de História e Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Diretora da Cátedra João Lúcio de Azevedo. I.P. Camões.

Luis Augusto Barbosa Quaresma (guto10007@gmail.com): Licenciado em História. Ex-bolsista Pibic/UFPA e PROCAD. Voluntário na coleção fotográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Pará

O GLAMUROSO RÉQUIEM DO COLONIALISMO BRITÂNICO: A CASA SENHORIAL CINGALESA NO FILME “NO CAMINHO DOS ELEFANTES” (1954)

Flávio Di Cola/ Luiz Flávio La Luna Di Cola

E-mail: flaviodicola@hotmail.com

Prosseguindo nas pesquisas sobre as recriações cênicas de casas senhoriais no âmbito do imaginário hollywoodiano, agora voltamos o olhar para uma nova etapa do cinema industrial norte-americano: a do pós-guerra, em que se mesclam o padrão clássico das reproduções manufaturadas em estúdio, anterior a 1945, e locações genuínas em diversas partes do globo – reflexo de mudanças no gosto do público que ansiava por mais autenticidade nas ambientações, e de avanços tecnológicos no padrão do espetáculo cinematográfico como a vulgarização das cores, da tela larga e do som estereofônico. Em 1954, a Paramount não poupou recursos para entregar ao público um luxuoso híbrido de melodrama com filme de aventuras nos trópicos, cujas externas foram fotografadas no Ceilão (atual Sri Lanka): “No Caminho dos Elefantes”, dirigido por William Dieterle, estrelado por Elizabeth Taylor, Peter Finch e Dana Andrews, e grande sucesso comercial à sua época. Na trama, Taylor casa-se com o herdeiro (Finch) de uma enorme plantação de chá, cuja sede fora construída com o objetivo explícito de bloquear o caminho migratório dos elefantes rumo aos mananciais de água durante a seca. Esse gesto de arrogante prepotência colonial do antigo “governador” – expresso na desafiadora monumentalidade da construção – finalmente desemboca no estouro de uma manada de elefantes sedentos em meio a um triângulo amoroso e um surto de cólera, transformando a soberba casa senhorial numa gigantesca ruína flamejante. No ápice da derrota perante os paquidermes em fúria, o antes reticente e agora conformado herdeiro sentencia: “Let them have their Elephant Walk”. O que torna este filme notável para os estudos sobre a representação e a simbologia das casas senhoriais no contexto do entretenimento audiovisual popular do século XX, além do seu visionário olhar “ecológico” e quase documental sobre a descolonização do Ceilão, é a engenhosa preocupação do roteiro, da direção e da esplêndida cenografia em tornar a casa senhorial o centro dramático e visual de todo o espetáculo. Nas disputas simbólicas engendradas pela dramaturgia e pelos códigos filmicos da Hollywood clássica em seu estertor em technicolor dos anos 1950, o espaço cênico não é concebido apenas como arena para o desfile das paixões humanas, mas também como competente aparência do real, janela para o mundo e legitimadora acurada do tempo-espaço retratado. Em “No Caminho dos Elefantes”, os persistentes embates entre homem e natureza, cultura autóctone e cultura conquistadora, tradição e ruptura, masculino e feminino não alcançariam uma dimensão tão exemplar se não brotassem, se não se desenvolvessem e se não buscassem o reequilíbrio de suas premissas no interior de uma casa senhorial tão espetacular.

Currículo: Bacharel em Comunicação pela Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP-SP) e Mestre em Comunicação e Cultura do Curso de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Publicitário, jornalista e pesquisador. Ex-coordenador dos cursos de Publicidade e de Cinema da Universidade Estácio de Sá (Rio). Participou do V Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores, em Fafe, Portugal.

PALACETE ORLANDO LIMA – BELÉM-PA
Dulcilia Maneschy Corrêa Acatuassu Nunes
E-mail: dulcilia@gmail.com

O Palacete Orlando Lima projetado e construído pelo engenheiro arquiteto José Sidrim foi objeto de notícia em periódico da época, como uma das novas edificações que embelezavam a cidade como obra de um dos mais relevantes arquitetos de Belém do início do século XX. A edificação de uso residencial, em estilo eclético com dois pavimentos e belvedere, concluída em 1925, foi residência de Argemiro Orlando Pereira Lima, seu primeiro proprietário, após o seu casamento com Noêmia de Souza em 1923. Orlando Lima, nascido em 1885, em Marajó-Pará, iniciou os seus estudos em Belém, ingressando posteriormente na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, onde diplomou-se em 1908. Regressando à Belém foi admitido na Maternidade e na Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia do Pará. Orlando Lima foi o primeiro médico do Norte do Brasil a se tornar membro da Academia Nacional de Medicina em 1918. Em continuidade às suas atividades na Santa Casa, em 1920, foi designado Chefe do Serviço de Obstetrícia e dois anos depois iniciou a sua carreira no magistério ao ser admitido na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, com a cadeira de Obstetrícia em paralelo com a sua atividade no hospital. A Santa Casa, após um período de abandono por parte da direção, e com muitos problemas na instituição, Orlando Lima demonstrou a sua capacidade administrativa tomando a iniciativa de congregar sócios ativos, para criarem um Conselho para empreender reformas e ampliações no Hospital. O projeto ficou sob a responsabilidade de José Sidrim assim como a execução das obras que foram concluídas em 1925. Acompanhando as obras no Hospital, Orlando Lima constatando a competência de Sidrim, convidou o arquiteto para elaborar o projeto e execução de sua residência na Rua Dr. Moraes, tendo sido aceito. Ao final da construção, Orlando Lima, satisfeito com o resultado, enviou carta de agradecimento a Jose Sidrim escrevendo: “Agora que terminou a construção da minha casa e que tudo saíu a medida dos meus desejos corre-me o dever de enviar-lhe os meus melhores agradecimentos o que prazerosamente faço nestas rápidas linhas.” O projeto da residência foi desenvolvido para atender as suas necessidades e conforto, com biblioteca e sala de jogos no térreo, onde com frequência reunia-se com amigos, garagem, capela no andar superior e belvedere. No seu Palacete, Orlando Lima celebrou o casamento de sua filha e o nascimento de dois netos em parto realizado na própria residência pelo avô. Atualmente o Palacete encontra-se com o interior parcialmente descaracterizado devido à intervenção ocorrida anteriormente para novo uso. Com vistas a elaboração de um projeto de restauro para recuperação do edifício, foi executado cadastro na edificação onde foram removidos os forros recentes que haviam sido rebaixados em diversos ambientes da edificação, deixando à mostra os forros originais em madeira e as pinturas decorativas localizadas nas áreas superiores das paredes. Orlando Lima, ocupante da cadeira 18 da Academia Paraense de Letras faleceu repentinamente em 1953 após uma reunião com amigos em seu Palacete.

Currículo: Especialização Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico. Universidade Federal do Pará, UFPA. Especialização Planejamento e Representação do Espaço Arquitetônico. PUC –MG. Belo Horizonte-Minas Gerais. Graduação Arquitetura, UFPA. Membro individual Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS- PA- Brasil.

SOBRE DECORAÇÃO, BARONESAS E PINCÉIS
Ana Pessoa / Ana Lucia Vieira dos Santos / Douglas Fasolato
E-mail: anapessoa55@gmail.com

A comunicação comenta a atuação de duas representantes da elite cafeeira, as baronesas de Guararema e a baronesa do Paraná, na decoração de suas casas, em meio à afirmação da vida burguesa no Brasil. Nesse momento, enaltece-se a vida familiar e doméstica, destacando o papel da mulher como guardiã do lar, e como uma importante colaboradora com a mobilidade social do casal e seu capital econômico e simbólico. Nesse processo, ganham significado as formas de morar, com a valorização da decoração do espaço interior, que se torna mais aconchegante, assim como mais permeável à vida social. A mulher adquire papel central no arranjo da decoração do lar, em especial

dos espaços sociais – as salas de visita e de jantar, onde ganham lugar os trabalhos manuais voltados para a ornamentação. Nesse sentido, as áreas públicas da casa, como as salas de jantar e os salões, merecem especial atenção decorativa e, por vezes, recebem contribuição personalizada, abrindo espaço para trabalhos artísticos das moradoras. Nesse estudo, serão apresentadas as contribuições para a decoração dos interiores de Francisca de Souza Monteiro de Barros Breves (1841– 1899), esposa do seu tio materno, o fazendeiro, negociante e comissário de café Luiz de Sousa Breves (1829-1910), dono de fazendas e casas em São José de Além Paraíba (MG), que recebeu o título de barão de Guararema em 1881. O casal foi proprietário, de 1882 a 1898, do palacete que pertencera à marquesa de Santos, profusamente decorado. Em seguida, a propriedade seria ocupada pelo seu médico, o italiano Abel Parente, especializado em doenças de útero e ovário, que se instalara no Brasil por seu incentivo, onde ganhou grande destaque. Francisca foi responsável pela vinda do jovem Eliseu Visconti da Itália para Além Paraíba, onde tinha irmãos, estabelecendo-se entre eles uma relação de proteção e incentivo, tendo a baronesa promovido os estudos artísticos do jovem. Dedicada a trabalhos manuais e artísticos, Francisca foi por duas vezes agraciada com medalhas, em 1876 e 1879, por seus quadros em salões da Academia de Belas Artes, e foi incentivadora Associação Promotora de Instrução de Meninas da aula feminina no Liceu de Artes e Ofícios (1881). Outra trajetória abordada será a de Zeferina Marcondes do Santos (1859-1936), filha de grandes fazendeiros de café na Província do Rio de Janeiro, que foi casada com o médico e fazendeiro Henrique Hermeto Carneiro Leão (1847–1916), filho dos marqueses do Paraná e herdeiro da Fazenda Lordello, situada em Sapucaia, às margens do Rio Paraíba. Ele recebeu o título de barão do Paraná, em 1888, quando o casal teria alterado a decoração da casa da fazenda. Zeferina era dedicada à pintura, e de seus trabalhos se conhece uma cena pastoral, desenhada em 1874, e quadros que ornamentavam seu palacete na rua Marquês de Abrantes 157-A. Foi tia do pintor e escritor Cornélio Pena, a quem teria influenciado no gosto pelas artes. A apresentação apresentará plantas das casas, fotografias das baronesas e suas propriedades, estudos genealógicos, inventários e notícias na imprensa.

Ana Pessoa: arquiteta, doutora em Comunicação e Cultura, pesquisadora da Casa de Rui Barbosa

Ana Lucia V. Santos: arquiteta, doutora em História, professora da EAU UFF

Douglas Fasolato: jornalista, mestrando da FCRB

**SOLAR BARÃO DE GUAJARÁ: DE RESIDÊNCIA DE DOMINGOS ANTÔNIO
RAIOL A INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO PARÁ**
Elna Maria Andersen Trindade/ Francianny Keyla Cabral Moraes
E-mail: trindadeelna@uol.com.br

O presente trabalho objetiva uma análise da história social do patrimônio edificado a partir da ocupação do Solar Barão de Guajará, levando em consideração a relação entre proprietários que vivenciaram e vivem o edifício e os espaços da mais antiga tipologia arquitetônica de Solar em Belém, sendo um dos objetos de estudo do grupo de pesquisa “Casas Senhoriais - Belém”. Domingos Antônio Raiol (1830 –1912), o último morador do Solar, foi historiador, parlamentar, escritor e presidente de Províncias, um político liberal do Brasil Imperial, com uma vida política agitada e próspera. Foi por diversas vezes deputado provincial, assumindo, em 1864, o cargo de deputado geral do Pará. Por indicação imperial, tornou-se presidente da província de Alagoas, posteriormente da província do Ceará e de São Paulo entre 1882 e 1884. Ao longo de sua vivência política, Domingos Antonio Raiol escreveu no Solar obras históricas, como os Motins Políticos, série histórica em cinco volumes sobre os fatos ocorridos na província do Pará entre 1821 e 1840, considerados de expressiva importância para a historiografia amazônica. Viveu até os últimos dias na residência com a Baronesa e seus dois filhos. O Solar, batizado em homenagem a Domingos Raiol, que é conhecido na história do Pará como o Barão do Guajará, tem um dos seus primeiros registros, datado de 1837, como patrimônio de Ana Soeiro. Em seguida, com a aquisição do prédio pela família Chermont, Domingos Raiol herdou a edificação através de seu casamento com Vitoria Pereira de Chermont, a última herdeira da família. Em 1942, a Prefeitura

Municipal de Belém adquiriu a edificação juntamente com os móveis e a biblioteca, a partir do herdeiro Pedro Raiol, lho do Barão. Dois anos mais tarde, o prefeito de Belém Alberto Engelhard efetuou a doação dos móveis, da biblioteca e do prédio ao Instituto Histórico Geográfico, instituição que hoje funciona no local e preserva a arquitetura do solar adquirida pelo Barão de Guajará. A edificação tem influência estilística luso-brasileira e foi tombado em 23 de maio de 1960 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Embora seja notadamente uma arquitetura com característica do final do século XVIII, não há documentação comprovativa sobre a data exata de sua construção. Como uma contribuição para a memória histórica da edificação, o presente estudo busca, além da trajetória destes proprietários, apontar a sua relação com o solar através de objetos, fotografias, documentos, livros e mobílias que pertenceram ao Barão e a outras personagens históricas que vivenciaram o Solar. Objetiva-se, portanto, a construção de uma reflexão de valorização do patrimônio, como instrumento para fomentar as percepções histórica, social, política e cultural, e que resulte em ações de reconhecimento e recuperação de um patrimônio esquecido.

Elna Maria Andersen Trindade, professora do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará – UFPA e Doutora em História Social da Amazônia no curso de História pela UFPA. Mestre em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Membro fundadora do Fórum Landi, no qual coordenou o curso de pós-graduação em Interpretação, Conservação e Revitalização do patrimônio Artístico de Antônio José Landi (2006-2008). Atualmente participa das atividades do Fórum Landi – UFPA e da pesquisa Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores – Belém.

Francianny Keyla Cabral Moraes - Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (2017). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (2003). Tem experiência em Elaboração de Projetos de Arquitetura e Urbanismo e Projetos de Interiores. Participa das atividades do Laboratório de Historiografia da Arquitetura e Cultura Arquitetônica (LAHCA) na Universidade Federal do Pará. Atua como Professora Substituta no Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

VILLA MARIA AUGUSTA: O USO DO ESPAÇO RESIDENCIAL E O FEMININO

Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva/ Paloma Falcão Amaya

E-mail: jehchasez@gmail.com

Adquirido pela família Rui Barbosa em 1893, transformado em museu, por decreto de 1928 e aberto à visitação como primeiro museu-casa público brasileiro em 1923, o Museu Casa de Rui Barbosa retrata as transformações histórico-sociais de um período, perpassando as questões da intimidade e dos modos de viver. Embora tenha se constituído como espaço dedicado à memória do patrono, a presença de outros personagens na construção do lugar e na própria trajetória do jurista não deve ser negligenciada. Entretanto, estes personagens surgem em narrativas marginais, exercendo papéis coadjuvantes, tendo suas marcas quase invisibilizadas diante da preponderância da figura de Rui Barbosa (1849-1923). Dentre estas personagens, destacamos Maria Augusta Rui Barbosa (1855-1948), sempre lembrada pela dedicação à família e à carreira do marido ilustre. Esta mulher, contudo, é responsável pelos dois ciclos da trajetória do Museu: o primeiro ciclo – o da casa - tem início quando Rui Barbosa a adquire por um desejo de D. Maria Augusta, a despeito das opiniões contrárias; o segundo – o do museu – começa com a venda da casa para o governo federal, após o falecimento do marido, apesar da oferta menor em relação aos outros interessados. Esses dois momentos fundantes possuem a marca da força desta personagem que, independente da pressão sofrida faz prevalecer as suas ideias, essenciais na construção da imagem de Rui Barbosa, seja em vida ou na preservação da sua memória. Por outro lado, essas marcas estão diluídas nas narrativas sendo necessária trazê-las à tona para reposicionar papel desta personagem para além do perfil da mulher que viveu à sombra do marido. No tocante à história da Casa de Rui Barbosa, especificamente, durante o período de residência (1893-1923), os espaços da casa detinham diversas funções. Portanto, continham valores simbólicos no espaço de morar e suas significações culturais e sociais (JUNQUEIRA SCHETTINO, 2012). Assim,

devemos pensar na casa Villa Maria Augusta não apenas como espaço de atuação de Rui Barbosa, mas um espaço de experiências sociais, destacando a relação entre o espaço residencial e a mulher. O objetivo da comunicação é apresentar considerações iniciais sobre a trajetória da residência, atual, Museu Casa de Rui Barbosa e seus múltiplos usos dos cômodos, a partir da perspectiva feminina, representada pela persona de Maria Augusta Rui Barbosa. A partir dessa pesquisa, buscamos: destacar a importância e o papel da mulher no espaço; levantar subsídios para investigação da trajetória de Maria Augusta Rui Barbosa, para além do seu papel como mulher de Rui Barbosa e sua relação com a casa e; por conseguinte, identificar quais as foram as transformações no morar ocorridas na residência decorrente de sua atuação.

Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva: Bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa; Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas; Mestre em Estudos Marítimos pela Escola de Guerra Naval e Bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Paloma Falcão Amaya: Bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa; Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O PALÁCIO DE LANDI: DE RESIDÊNCIA DOS GOVERNADORES A ESPAÇO EXPOSITIVO DA ARTE CONTEMPORÂNEA

Jorge Eiró

E-mail: eirojorge@gmail.com

O Palácio de Landi: de residência dos governadores a espaço expositivo da arte contemporânea na forma de um artigo-ensaio, este trabalho aborda o Palácio dos Governadores concebido por Antônio Landi no século XVIII em sua atual condição de Museu do Estado do Pará, especialmente por conta de sua função enquanto espaço expositivo que eventualmente abriga exposições de arte contemporânea. A partir de um grande projeto de restauro de suas instalações, concluído em 1994, e sua consequente conversão em uma instituição de caráter museológico, o palácio teve boa parte de seus ambientes adequados a espaços expositivos, nos quais, desde então, são apresentadas mostras permanentes de seu acervo e também exposições temporárias. Neste sentido, considerando as diversas vivências que o palácio experimentou, esta abordagem intenciona efetuar um recorte sobre essa função mais recente do palácio, elegendo um conjunto de exposições de arte contemporânea realizadas em seus ambientes. Do Salão Arte-Pará ao Diário Contemporâneo de Fotografia, os espaços expositivos desse palácio-museu vêm, ao longo das duas últimas décadas, oportunizando ao grande público um expressivo conjunto de mostras coletivas e individuais, iniciativas relevantes que resultaram por credenciá-lo como um importante palco de amostragem da manifestação artística brasileira contemporânea. Desse modo, este trabalho procura destacar, especialmente na forma de uma escritura ensaística, como a criação artística do nosso tempo vem proporcionando um instigante e potente diálogo trans-histórico com a bela anatomia dos interiores do Palácio de Landi. Sob essa perspectiva, objetiva-se evidenciar como esta casa experimentou vivências diversas e se consolidou como espaço museológico expositivo, afirmando-se como um organismo vivo e pulsante em sintonia com a contemporaneidade.

Palavras-chave: Palácio de Landi; Museu do Estado do Pará; espaço expositivo; arte contemporânea; anatomia de interiores.

JORGE EIRÓ: arquiteto, artista plástico e professor universitário; mestre e doutor em educação, é professor adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA e professor titular na Universidade da Amazônia, nesta atuando como pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, no qual desenvolve pesquisa sobre acervos de arte contemporânea em museus paraenses. Como artista plástico já realizou diversas exposições individuais e coletivas no Brasil e no exterior, executando também vários trabalhos de curadoria sobre a obra de artistas paraenses.

O SOLAR DO BARÃO DO JAPURÁ E A PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM BELÉM NA DÉCADA DE 1960.

Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves

E-mail: tuliochaves@yahoo.com.br

O presente artigo objetiva refletir sobre a trajetória histórica de uma importante edificação senhorial construída em Belém na primeira metade do Século XIX, o Solar do Barão do Japurá. Inicialmente construída como uma “rocinha”, típica construção rural da elite amazônica no século XIX, o solar passou por inúmeras utilizações até sua demolição em 1969, quando já se localizava em uma das mais importantes avenidas do centro de Belém. Seu proprietário mais famoso, que lhe rendeu o nome, foi o diplomata brasileiro Miguel Maria Lisboa, o Barão do Japurá. O estilo arquitetônico da edificação foi alterado ao longo do tempo, a “rocinha” adaptou-se a um etilo urbano e ao refinamento europeu no período da Borracha. Em seus últimos anos passou a propriedade dos Irmãos Maristas mantenedores de uma das principais instituições de ensino da capital Paraense. O solar ganhou destaque nacional e internacional ao ser incluído como um dos exemplos de arquitetura tipicamente brasileira no livro “Brazil Builds: Architecture New and Old, 1652 -1942” editado pelo museu de Nova York (Moma). Utiliza-se como fontes de pesquisa jornais paraenses do século XIX e XX, oferecendo dados sobre a história da edificação e de seus proprietários, bem como o processo de tombamento pelo então SPHAN iniciado em 1964 e arquivado em 1969 com a demolição do Solar. Pretende-se através desta documentação fazer uma análise histórica da trajetória da edificação, a partir de sua construção até sua demolição refletindo sobre a relação deste caminho com as mudanças sofridas pela cidade ao longo do tempo. A análise traz como foco a percepção das diferentes representações (CHARTIER, 2002) construídas sobre o solar ao longo do seu período de existência.

Currículo: professor Assistente I da Universidade Federal do Pará. É Doutor em História Social da Amazônia, PPHIST- UFPA. Possui graduação em História Bach e Licenciatura pela Universidade Federal do Pará (2009). É o Atual Vice-presidente da Anpuh- Pa. Tem experiência na área de História, com ênfase nos temas de História Urbana, Teoria e Metodologia da História, História do Brasil e Ensino de História.

O PERCURSO HISTÓRICO DE UMA CASA SENHORIAL SETECENTISTA DA RUA DO NORTE EM BELÉM DO PARÁ: FATOS E CONJECTURAS SOBRE A CASA ROSADA

José Morgado

E-mail: jmortadoneto@yahoo.com.br

O Centro Histórico da cidade de Belém, já bastante descaracterizado, preserva, entretanto, um excepcional acervo da arquitetura religiosa do período colonial, e, também, obras de grande representatividade da arquitetura civil e militar, a exemplo do Palácio dos Governadores e do Forte que deu origem a cidade. A arquitetura residencial daquele período, contudo, foi dizimada. Restaram poucos exemplares e um deles, o edifício de nº 61 da antiga Rua do Norte, atual Siqueira Mendes, destacou-se por apresentar vestígios, com um conjunto de características, que permitiram uma leitura consistente capaz de identificá-lo como uma casa senhorial setecentista. Caracteriza-se como uma casa comprida de dois pavimentos, com duas fachadas externas, em que a principal se destaca pela portada central no eixo de simetria e ambas se apresentam ritmadas pela fenestração, que, no andar térreo, alterna-se com vãos de portas. Os vãos são contornados por estuques elaborados com motivos barrocos e o andar superior apresenta-se mais destacado e com maior riqueza nos acabamentos, a exemplo das esquadrias. Considerar o edifício uma casa senhorial foi possível através do cruzamento de informações, com base em um levantamento cadastral, em prospecções arqueológicas, e em estudos no campo da história da arte e da arquitetura, além da pesquisa histórica, realizados no âmbito do curso de especialização do Fórum Landi/UFPA, concluído em 2008, com prosseguimento no curso de mestrado da FAU/UFPA, concluído em 2013. O presente artigo descreve o percurso histórico deste

imóvel, baseando-se em fontes documentais e iconográficas, na historiografia e nos resultados dos levantamentos realizados no edifício. Partiu-se da segunda metade do século XVIII, considerado o marco inicial de sua construção, até os dias atuais, pontuado pela última intervenção restaurativa ocorrida entre 2008-2011. Um percurso histórico, portanto, de mais de duzentos anos, em que foram constatadas muitas lacunas, pois, pairam sobre o imóvel diversas dúvidas acerca de: uma data mais precisa de construção; usos atribuídos a ele na historiografia; seu primeiro proprietário e o seu construtor. Assim sendo, esta comunicação se desenvolve em torno dessas questões do uso, de primeira propriedade e de autoria, ainda não reconhecidas documentalmente, mas cujas hipóteses serão apresentadas. Portanto, ao longo do texto, na ausência de fatos documentados, serão expostas conjecturas, na tentativa de montar um quebra-cabeça com as peças disponíveis, que podem servir como um norte para futuras pesquisas sobre sua história mais remota.

José Marques Morgado Neto é arquiteto graduado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1991. Especialista em Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de Antônio José Landi, curso realizado pelo Fórum Landi/FAU/UFPA em 2007. Mestre em Arquitetura na área de "Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia", com ênfase na linha "Patrimônio, restauro e tecnologia", desde setembro/2013, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. É servidor da Universidade Federal do Pará, atuando no Fórum Landi como arquiteto em projetos de restauro e pesquisas voltadas para a preservação do patrimônio histórico e artístico.

BELÉM
2019

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL
A CASA SENHORIAL: ANATOMIA DOS INTERIORES



TEMÁTICA 2
IDENTIFICAÇÃO DAS ESTRUTURAS
E DOS PROGRAMAS
DISTRIBUTIVOS, E O ESTUDO DE
NOMENCLATURAS FUNCIONAIS E
SIMBÓLICAS DE CADA ESPAÇO

A ARQUITETURA DA CASA ROSADA, UMA CASA SENHORIAL SETECENTISTA EM BELÉM DO PARÁ: MORFOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DISTRIBUTIVAS DOS CÔMODOS.

José Morgado

E-mail: jmorgadoneto@yahoo.com.br

A edificação de nº 61 da antiga Rua do Norte, atual Siqueira Mendes, destaca-se pela sua singularidade arquitetônica na paisagem da cidade. Conhecida também por Casa Rosada, trata-se de um raro exemplar da arquitetura civil do período colonial, que tem claras referências da arquitetura barroca residencial, erguida em Portugal na segunda metade do século XVIII. O presente artigo, resultado de um estudo no âmbito de um curso de especialização e outro de mestrado, iniciado, portanto, em 2007 e concluído em 2013, apresenta uma abordagem acerca da sua arquitetura, com análise da organização distributiva dos cômodos, indicando suas funções e as suas relações estruturais com a morfologia do edifício; além de tratar de aspectos estilísticos e construtivos que estejam inseridos no contexto da temática apresentada, pois há, em grande medida, intrínseca relação entre o uso de determinados tipos de materiais e o seu emprego em certos compartimentos, a reboque de uma hierarquia de importância de uso na estrutura da família patriarcal, no período colonial brasileiro, durante o Antigo Regime português. No que tange a tipologia, a implantação deste edifício no terreno se configura em forma de L invertido, com suas fachadas frontais direcionadas para duas ruas e as laterais adjacentes a outras edificações, separadas por paredes geminadas. Sua fachada principal volta-se para a rua hierarquicamente de maior importância, no contexto urbano da época. Nota-se, claramente, através de sua fachada, da disposição simétrica dos seus vãos de portas e janelas, e dos destaques de ornamentos em estuques, a hierarquização entre os pavimentos do edifício e a revelação de ambientes dispostos, igualmente hierarquizados. Apenas pra exemplificar, o posicionamento central do vestibulo é imediatamente identificado pela presença da portada no eixo de simetria da fachada. Outras relações serão analisadas, tendo como base um inventário datado de 1853, o levantamento cadastral e as prospecções arqueológicas realizadas pelo Fórum Landi/UFGPA, como procedimento metodológico que antecederam a restauração do imóvel concluída em 2011.

José Marques Morgado Neto é arquiteto graduado pela Universidade Federal do Pará (UFGPA) em 1991. Especialista em Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de Antônio José Landi, curso realizado pelo Fórum Landi/FAU/UFGPA em 2007. Mestre em Arquitetura na área de "Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia", com ênfase na linha "Patrimônio, restauro e tecnologia", desde setembro/2013, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. É servidor da Universidade Federal do Pará, atuando no Fórum Landi como arquiteto em projetos de restauro e pesquisas voltadas para a preservação do patrimônio histórico e artístico

A CASA-GRANDE DO ENGENHO DO MURUTUCU E SUA ARQUITETURA CHÃ: AS INFLUENCIAS DOS TRATADOS DE SÉRLIO E PALLADIO NA SUA TIPOLOGIA E MORFOLOGIA

Fernando Luiz Tavares Marques/ José Morgado

E-mail: jmorgadoneto@yahoo.com.br

No mesmo sítio ocupado pelos Carmelitas no início do século XVIII, onde haviam construído uma capela, há referência ao funcionamento de um engenho, designado de Murutucu, por volta de 1750, de propriedade do Ouvidor-Mor José Borges Valério. Posteriormente, em torno de 1760, este engenho pertenceu a Domingos da Costa Bacelar. Em 1766 foi adquirido pelo arquiteto Antônio Landi, e nele residia quando faleceu em 1791. Localizava-se junto ao igarapé de mesmo nome, um afluente do Rio Guamá, nos arredores do núcleo urbano da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, cabeça do então Estado do Grão-Pará e Maranhão. O presente artigo tem por finalidade analisar a arquitetura da casa senhorial, ou casa-grande, do antigo engenho, com base nos vestígios de suas paredes e pisos, evidenciados por pesquisas arqueológicas conduzidas pelo Museu Emílio Goeldi, e em fotografias: uma

da casa, antes de ser demolida, com a capela em “ruína” ou “inacabada”, ao lado, pertencente ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional; além das imagens, do acervo do IPHAN, das ruínas da casa-grande, pós-demolição. Atualmente, não há mais vestígios da casa, acima do solo. A fotografia referida, da Fundação Biblioteca Nacional, em que aparecem juntas a casa e a capela, é um registro do conceituado fotógrafo Fidanza de final do século XIX, e é um importante documento para pesquisas, pois retrata aspectos da edificação essenciais para análise, como: tipologia, morfologia, aspectos estilísticos e escala. Quanto ao acervo do IPHAN, trata-se de documentos reveladores dos aspectos construtivos da edificação, indicando técnicas e materiais utilizados no período colonial. Neste sentido, consecutivamente, a análise arquitetônica recai na caracterização de uma arquitetura chã e sobre as influências dos tratados de Palladio e Sério na essência tipológica e morfológica do edifício. As análises, também, são pautadas por analogias com outras casas senhoriais, do mesmo período, em outras cidades brasileiras.

José Marques Morgado Neto é arquiteto graduado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1991. Especialista em Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de Antônio José Landi, curso realizado pelo Fórum Landi/FAU/UFPA em 2007. Mestre em Arquitetura na área de "Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia", com ênfase na linha "Patrimônio, restauro e tecnologia", desde setembro/2013, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. É servidor da Universidade Federal do Pará, atuando no Fórum Landi como arquiteto em projetos de restauro e pesquisas voltadas para a preservação do patrimônio histórico e artístico.

Fernando Luiz Tavares Marques é arquiteto graduado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1982. Mestre em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 1993. Possui doutorado em História, também pela PUCRS, com título obtido em 2004. É pesquisador da área de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi, onde tem coordenado investigações em arqueologia histórica, arqueologia industrial e arqueologia urbana, em especial sobre engenhos de maré, missões religiosas coloniais, fortificações, residências e cemitérios históricos. Também atua como docente em cursos de Pós-graduação na UFPA desde 2007, nos cursos de Especialização em Arqueologia (2007-2009); Mestrado e Doutorado em Arqueologia (2010-2012) e Mestrado em Arquitetura (2010-2018).

ACESSOS, CIRCULAÇÕES E HIERARQUIAS: AS TRANSFORMAÇÕES NA COMPREENSÃO DO ESPAÇO RESIDENCIAL NO PALACETE BOLONHA

**Caroline Meireles Figueiredo Rodrigues / Cybelle Salvador Miranda /
Ailla Caroline de Carvalho Raiol**
E-mail: caroll.meireles@hotmail.com

Belém, entre o final do século XIX e início do XX, teve grande dinamismo econômico em decorrência do comércio da borracha, o que repercutiu na modernização dos logradouros e de suas arquiteturas, sendo construídas residências particulares que buscavam distinguir, através de ornamentações, a posição social de seus proprietários (ARRAES, 2014). No ano de 1905, após retornar de uma visita a Grande Exposição Industrial de 1900, em Paris, o engenheiro civil Francisco Bolonha decidiu construir sua residência, conhecida como Palacete Bolonha, como uma prova de amor à sua esposa, Alice Tem-Brink Bolonha, que não pretendia deixar o Rio de Janeiro para morar em Belém. Segundo Brito (2003), os ambientes internos das residências, a partir da chegada da família real no Brasil em 1808, passaram a refletir as mudanças de concepção quanto aos espaços público e o privado, de serviços e social, notados principalmente pela progressiva especialização dos ambientes interiores das residências das elites, em nome da privacidade, em contraste com os cômodos superlotados das casas populares. Nestes moldes, Bolonha projeta uma construção verticalizada, onde as funções sociais, íntimas e de serviços, foram setorizadas

em pavimentos, e para garantir o percurso desejado, Bolonha buscou hierarquizar os fluxos dentro do palacete através da diferenciação de acessos, circulações horizontais e verticais, com especial atenção às escadarias da residência. Com o falecimento da família Bolonha, e a transformação da residência em museu, tais elementos de acesso e circulação perdem suas funções e intenções originais, pois, buscou-se a lógica contemporânea do percurso expositivo relativos a um museu. Este artigo visa mostrar a importância dos elementos de acesso e circulação (escadarias, corredores e halls) para o projeto original e para entendimento do Palacete Bolonha como residência, pois as alterações recentes comprometem e/ou prejudicam o entendimento do espaço pensado pelo projetista e modificam a identidade do espaço. Considerando que a casa é o objeto a ser contemplado, retira-se, com estas alterações, a autonomia do visitante que, conseqüentemente, não vivencia os percursos propostos no projeto original.

RODRIGUES, Caroline Meireles Figueiredo: Mestranda, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/ UFPA. – Belém – PA – Brasil. caroll.meireles@hotmail.com.

MIRANDA, Cybelle Salvador: Professora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/ Universidade Federal do Pará (UFPA); coordenadora, Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural/FAU/UFPA. – Belém – PA – Brasil. cybelle1974@hotmail.com

RAIOL, Ailla Caroline de Carvalho: Graduanda, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAU/ UFPA. – Belém – PA – Brasil.aillacaroline@outlook.com

ADENTRANDO NO PALACETE AUGUSTO MONTENEGRO, BELÉM-PA

Luisa Ano Bom Moreira / Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes
E-mail: luisaanobommoreira@gmail.com

Situada na avenida Governado José Malcher, antiga rua São Jerônimo, a residência destinada ao ex governador Augusto Montenegro, datada por volta de 1904, legitima as mudanças da arquitetura regional trazidas pela riqueza do Ciclo da Borracha. O estilo neoclássico, vigente até então, torna-se coadjuvante no cenário protagonizado por vitrais coloridos, simetrias, riquezas decorativas, fachadas ornamentadas e, sobremaneira, mescla de diversas índoles arquitetônicas. Coube ao arquiteto Filinto Santoro explicitar tais marcas do ecletismo, onde no programa distributivo obedece a uma distinção objetiva da funcionalidade, com cômodos voltados ao uso particular da família do Governador e outros de atividades de cunho profissional. Imperioso que se reconheça que até então não havia nenhuma residência governamental na cidade que envolvesse proveitos múltiplos. Nessa guisa, a edificação perde o caráter único de residência familiar para ser conceituada como um palacete, visto que foi criada com riqueza de detalhes e adornamentos, onde nas concepções arquitetônicas além de pisos e forros que sofrem variância de estilo e materiais, destacam-se as pedras argamassadas utilizadas como alicerces. O corpo principal do Palacete, situado no primeiro pavimento, é dotado de ambientes dirigentes relacionados às atividades que o Governador exercia, sendo classificado como o mais burocrático que os demais; no programa residencial original, o térreo era pouco habitado, tendo apenas alguns ambientes do setor de serviço que situavam-se no porão envolto de pedras. O segundo pavimento era acessado por um espaço exclusivo que interliga o primeiro pavimento ao superior, onde, a escada, tendo a madeira como sua matéria prima, ganha destaque no interior da casa por seu formato em leque, levando ao setor íntimo onde estavam contidos os quartos. De forma geral, a edificação abarca grande parte das modificações sociais e tecnológicas do período, enraizando aos dias atuais a historicidade da

metrópole, constituindo-se num ícone a ser salvaguardado na paisagem amazônica pelo Museu da UFPA.

MARCIA CRISTINA RIBEIRO GONÇALVES NUNES - Pós-Doutoranda da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Membro Colaborador do Conselho de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design – CIAUD da Universidade de Lisboa. Doutorado em História pela UFPA; Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano e Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UNAMA. Professor do Programa de Pós Graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura e do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da Amazônia – UNAMA.

LUÍSA ANO BOM MOREIRA - Graduanda de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Amazônia – UNAMA. Graduanda em Engenharia Civil pela Universidade da Amazônia – UNAMA. Colaboradora da pesquisa Casas Senhoriais: anatomia de interiores, Belém-PA.

CLASSICISMO NO SOLAR DO BARÃO DO GUAMÁ: ESTUDOS DE PLANOS E VOLUMES DE UMA CASA BURGUESA EM BELÉM DO PARÁ

Cybelle Salvador Miranda/Ronaldo Marques de Carvalho / Vithória Carvalho da Silva
E-mail: vithoriasilva@hotmail.com

Na segunda metade do século XIX a arquitetura residencial brasileira define-se por traços de um classicismo austero, incluindo-se neste conjunto o Solar do Barão do Guamá, em Belém, Pará. Francisco de Acácio Corrêa mandou construir em 1883 o Solar da família na Estrada de Nazaré, onde serviria como residência de campo, visto que sua localidade era afastada do centro urbano de Belém. A residência apresentava-se centralizada em um vasto terreno, com amplo jardim e afastamentos, conformando-se à tipologia de Solar, embora na região predominassem construções menos requintadas, de caráter rural, conhecidas como as rocinhas. O Solar do Barão do Guamá, por sua vez, destaca-se em escala e nobreza, sendo identificado ainda hoje como uma edificação proeminente, que desperta o interesse quanto a imponência e singularidade de sua composição volumétrica. A espacialidade, por sua vez, apresenta-se pelo volume prismático do prédio, que demonstra a racionalidade incorporada, tendo ambientes espelhados no eixo transversal da planta baixa. O artigo, então, objetiva ressaltar a relevância da espacialidade no Solar do Barão do Guamá à luz de programas clássicos considerando o partido arquitetônico da edificação, bem como os pormenores que compõem sua lógica. Discorre-se, então, sobre um prédio ainda pouco documentado, tendo em vista a reunião de informações acuradas quanto aos aspectos originais do Solar e seus espaços de morar, antes de serem intervencionados pelas diversas instituições que a edificação abrigou ao longo de pouco mais de um século, culminando com o uso atual como Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém. Com base nos paradigmas da Cabana Primitiva de Laugier, realizando analogias com as Villas Palladianas na Itália bem como buscando a influência dos métodos projetuais do Iluminismo disseminadas por Durand, serão empreendidas duas vertentes de análise: análise geométrica do partido geral, que contará com desenhos e estudos da planta baixa da edificação, levantando questões quanto a proporção, simetria, espelhamento de ambientes e a disposição dos vãos e fechamentos; e análise do volume exterior, feita com auxílio a uma maquete eletrônica que permitirá a compreensão da composição da edificação em relação às fachadas, aos elementos de adição e de destaque do volume, bem como à disposição no terreno.

Cybelle Salvador Miranda é Arquiteta e Urbanista e Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, com Pós-doutoramento em História da Arte pela Universidade de Lisboa. Coordena o Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO), da Universidade Federal do Pará e é docente da Faculdade de Arquitetura e urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo (PPGAU). E-mail: cybelle1974@hotmail.com

Ronaldo N. F. Marques de Carvalho é Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Pará e Doutor em Engenharia de Recursos Naturais da Amazônia pela mesma Universidade, com Pós-

doutoramento em História da Arte pela Universidade de Lisboa. Docente da Faculdade de Arquitetura e urbanismo (FAU) e investigador do Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO), da Universidade Federal do Pará, integra os Grupos de pesquisa "Saúde e Cidade: arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural" e "Rede Amazônia Luso-brasileira de Pesquisa". E-mail: romarca@ufpa.br

Vithória Carvalho da Silva é graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará e bolsista do Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMOFAU). E-mail: vithoriasilva@hotmail.com

CRONOLOGIA CONSTRUTIVA E DECORATIVA DO PALACETE BIBI COSTA COMO EXPRESSÃO DO ZEITGEIST EM BELÉM DO PARÁ

Cybelle Salvador Miranda/Ronaldo Marques de Carvalho / Beatriz Martins Maneschy

E-mail: beatrizmartinsmaneschy@gmail.com

O Palacete Bibi Costa, objeto de estudo do presente artigo, é considerado um dos ícones da arquitetura de linguagem eclética da Belle-Époque da capital paraense. Construído a pedido do major Carlos Brício da Costa, entre os anos de 1904 e 1906 e projetado pelo engenheiro Francisco Bolonha, no auge da comercialização da borracha amazônica, o edifício é de extrema relevância no que se refere às suas inovações construtivas e tecnológicas. Foi pioneiro no uso do concreto armado, quando esta técnica ainda era pouco difundida no Brasil e principalmente em Belém, de modo que Bolonha precisou adaptá-las aos materiais disponíveis localmente, no caso, utilizando trilhos das linhas de bonde para compor a armadura estrutural da laje. O Palacete foi minuciosamente descrito no jornal "A Província do Pará", na edição do dia 20 junho de 1906, em matéria que trata da visita do presidente da República Afonso Pena e que relata a disposição dos ambientes originais da residência. O Palacete pouco fora utilizado pelo seu primeiro proprietário, que faleceu no ano de 1910, sendo leiloado e comprado pelo coronel José Júlio de Andrade, este conhecido por suas atitudes cruéis, segundo relatos, ao torturar escravos no porão, em um cômodo, localizado logo abaixo da entrada principal do prédio, mesmo após a promulgação da lei da abolição da escravidão. Ao longo dos anos, o Palacete passou por variadas modificações, muitas possivelmente decorrentes, da sucessiva troca de proprietários, tornando-se atualmente sede de uma Autarquia federal. A partir do entendimento do Palacete enquanto testemunho dos processos histórico, sociocultural e econômico na cidade de Belém pretende-se investigar sua cronologia construtiva e decorativa, analisando as modificações à luz dos conceitos teóricos das épocas respectivas (zeitgeist), de modo a compreender o pensamento da sociedade belenense e sua materialização no edifício em questão.

Cybelle Salvador Miranda é Arquiteta e Urbanista e Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, com Pós-doutoramento em História da Arte pela Universidade de Lisboa. Coordena o Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO), da Universidade Federal do Pará e é docente da Faculdade de Arquitetura e urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo (PPGAU). E-mail: cybelle1974@hotmail.com

Ronaldo N. F. Marques de Carvalho é Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Pará e Doutor em Engenharia de Recursos Naturais da Amazônia pela mesma Universidade, com Pós-doutoramento em História da Arte pela Universidade de Lisboa. Docente da Faculdade de Arquitetura e urbanismo (FAU) e investigador do Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO), da Universidade Federal do Pará, integra os Grupos de pesquisa "Saúde e Cidade: arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural" e "Rede Amazônia Luso-brasileira de Pesquisa". E-mail: romarca@ufpa.br

Beatriz Martins Maneschy é graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará e bolsista de iniciação científica pelo Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO), da Universidade Federal do Pará. E-mail: beatrizmartinsmaneschy@gmail.com

DAS ALCOVAS ÀS PRATARIAS: O PROGRAMA DISTRIBUTIVO ORIGINAL DO PALÁCIO ITAPURA (CAMPINAS-SP, 1883-1902) A PARTIR DA ANÁLISE DE INVENTÁRIOS

Ana Beatris Fernandes Menegaldo/ Renata Baesso Pereira

E-mail: anabeatrisfmenegaldo@hotmail.com

Na segunda metade do século XIX, em função do alargamento da escala da produção de açúcar e, posteriormente de café, a cidade de Campinas-SP assume um papel de destaque na economia da província de São Paulo, gerando um significativo acúmulo de capitais. A riqueza advinda da esfera rural fundamenta a formação e sedimentação de uma “nobreza da terra”, agraciada pelo governo imperial com patentes nobiliárquicas. A armação desse extrato social se manifesta na arquitetura, com a construção de casarios senhoriais tanto rurais quanto urbano. Nesse contexto, o presente artigo analisa uma edificação do m do século XIX, em Campinas – SP, a suntuosa residência urbana de Joaquim Policarpo Aranha de Camargo, o Barão de Itapura, e sua família, conhecido por Palácio Itapura, construído entre 1880 e 1883. Esse exemplar de casa senhorial, constitui a sede de uma chácara, localizada no limite do perímetro urbano de Campinas, em uma extensa gleba de terras, e que portanto se beneficiava tanto da representatividade de inserção no espaço urbano, como dos recursos ligados ao âmbito rural como possibilidade de contar com coudelaria, pasto para animais, pomar e poço de água. O programa distributivo original do Palácio Itapura é reconstituído a partir da análise de notícias em jornais de época e sobretudo dos autos de inventários (em vida, de 1899 e post mortem, em 1902) do Barão de Itapura. Não há menção na historiografia de registros que mencionem a preservação do projeto original dessa residência, daí, portanto, o ineditismo dessa investigação que faz uso dos inventários como principal fonte primária de análise. Registros fotográficos de época, Códigos de Posturas, ofícios da Câmara de Campinas cartografia histórica e levantamentos in loco contribuem para a investigação sobre a autoria do projeto – pelo construtor italiano Luigi Pucci - a inserção urbana do edifício, bem como os aspectos técnicos construtivos e estilísticos. Esse exemplar de casa senhorial revela como os espaços se traduzem em símbolos da condição social alçada pela família Souza Aranha, contraditos por tradições que perduram e ressaltam as raízes coloniais da família. Objetivase a partir do estudo de caso, embasado nos métodos da História Social, e fundamentado no cruzamento de documentação primária, uma reinterpretação historiográfica desse exemplar, que embora tombado nas instâncias municipal (CONDEPACC – 19/12/1988) e estadual (CONDEPHAAT –15/12/1983), até agora não foi objeto de estudo acurado em relação ao seu estado original.

Ana Beatris Fernandes Menegaldo – Mestranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Católica de Campinas. Arquiteta e Urbanista formada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Ana.bfm1@puc-campinas.edu.br Renata

Baesso Pereira - Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutora pela FAU USP na área de concentração História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. renata.baesso@puc-campinas.edu.br

ESPAÇO DO FEMININO NA CASA SENHORIAL: DA CAMA E DO ESTRADO, À CASA DO ESTRADO, CASA DE LAVOR E TOUCADOR

Helder Carita

E-mail: hc.atelier@clix.pt

O presente estudo integra-se numa linha de investigação, que temos vindo a desenvolver nestes últimos anos, no âmbito do projecto a Casa Senhorial em Portugal, Brasil e Goa, centrada em programas distributivos e na evolução dos interiores da casa senhorial. Nesta linha de investigação temos dividido o nosso estudo em temas específicos; como espaços de receber, espaços de leitura e educação,

espaços de comer ou zonas de serviços, tendo este último tópico sido apresentado ao II Congresso Internacional da Casa Senhorial: Anatomia de Interiores, com o título, Das Águas Furtadas às Estrebarias. No presente estudo propomo-nos abordar a evolução de espaços destinados ao elemento feminino como a Casa de Estrado, Casa de Lavor ou Toucador, estruturando esta investigação numa metodologia que cruza plantas antigas com documentação de inventários, descrições ou referências de época. Na escassez de documentação fazemos uso sistemático neste estudo de um conjunto inédito de plantas do século XVII guardadas na Biblioteca da Ajuda, referentes a quintas e palácios da região de Lisboa, que assumem uma clara relevância pela sua variedade tipológica como pelo facto de se apresentarem na sua quase totalidade com a designação de cada um dos compartimentos interiores.

Currículo -Arquiteto, doutor História da Arquitetura e Urbanismo, pesquisador do IHA da Universidade Nova de Lisboa. Autor de vários artigos e livros, como A Casa Senhorial em Portugal. ed. 1, 1 vol., ISBN: 978-660-393-9. Lisboa: Leya. 2015.

MUSEU CASA SOLAR MONJARDIM – VITÓRIA

Luciana Nemer

E-mail: luciana_nemer@ig.com.br

Na cidade de Vitória o edifício que hoje abriga o Museu Solar Monjardim, teve sua origem como sede da Fazenda Jucutuquara cujo proprietário foi o capitão Francisco Pinto. A residência começou a ser construída no final do século XVIII e teve sua obra concluída em 1805. Em 1816 a propriedade passou a pertencer à família Monjardim por ocasião do casamento de Ana de Paula, filha do capitão, com o Coronel José Monjardim. Devido ao fato de Saint-Hilaire, naturalista francês, ter se hospedado na propriedade no início do século XIX, informações foram registradas. O viajante descreve uma encosta onde abaixo da casa do proprietário encontram-se o engenho e as choupanas dos negros, lembra ainda a influência dos métodos jesuítas no plantio. Até a década de 40 do século passado o Solar continuou sendo utilizado como residência da família quando foi tombado pelo SPHAN. A residência possui arquitetura típica do período colonial, com características da casa rural mineira e da bandeirante. Sua fachada principal é voltada para a baía, o que caracterizava o controle das terras e propiciava maior ventilação. O solar é atualmente um museu-casa, ambientado como uma moradia rural do século XIX com a distribuição dos cômodos definida a partir dos usos e das noções de convívio social e de privacidade daquele período. No primeiro pavimento, o porão utilizado como depósito nos tempos antigos abriga hoje a administração do museu, a cargo do IBRAM. O museu, no segundo pavimento, é composto de varanda coberta que circunda dois lados da casa garantindo a ventilação e a iluminação através de dez vãos de portas protegidos por guarda-corpos vazados, esta serve como circulação e permite o acesso à sala de visitas, à sala de jantar e à capela. A sacristia e a capela foram cômodos criados na residência em 1842. A sala de visitas formava o núcleo da habitação, com a melhor mobília e a mais bonita ornamentação, o ambiente se abre para os quartos de casal e de solteiro e o escritório. Este último era usado para estudo ou para escrituração dos negócios. Ambos os quartos, solteiro e casal possuem janelas, o primeiro para os fundos da residência e o segundo para a varanda. A sala de jantar era um espaço de ostentação, ricamente ornada com seus preciosos mobiliários. Com entrada pela sala de jantar o quarto de hóspedes era reservado a amigos e correligionários. Com seu piso em tijoleira cerâmica, indicando uso de serviço, a ampla cozinha era o principal espaço de convivência doméstica da residência. A camarinha localiza-se no terceiro nível e foi construída em meados do século XIX, em função do aumento da família, neste espaço acessado por escada interna, encontram-se um vestíbulo e um amplo quarto. O presente trabalho analisa o histórico do imóvel, das alterações na distribuição dos cômodos e realiza uma detalhada observação das fachadas materializada através de aquarelas produzidas pela autora. O solar é considerado um dos melhores exemplares da arquitetura rural do litoral sudeste do Brasil o que enfatiza a relevância desta pesquisa.

Currículo: Professora da UFF TAR-PPGAU. Especialista na área de Expressão e Maquetes é líder do

GPARF. Pesquisadora do GPTA-UFES. Autora de inúmeros artigos científicos trabalha há 24 anos na área acadêmica. Graduação FAU-UFRJ (1991), mestrado Engenharia Civil-UFF (1995), doutorado Engenharia de Produção-COPPE-UFRJ (2002) e Pós-Doutorado PPGAUFES (2016).

PALACETE AURÉLIA PASSARINHO: O JARDIM E A MORADIA

Pietra Paes Barreto/ Ana Léa Nassar Matos

E-mail: pietrapb@gmail.com

O Palacete Aurélia Passarinho foi construído no ano de 1925, pelo engenheiro José Sidrim, por encomenda do empresário e farmacêutico Benedicto Passarinho, visando presentear a esposa Aurélia. A residência apresenta forte influência europeia, com um programa de necessidade compatível aos modos de “morar à francesa”. A localização, no centro de um extenso lote, permitiu-lhe ficar rodeada por jardins que por sua extensão acaba adquirindo importância similar ao espaço edificado. O espaço doméstico é um reflexo da vida privada de seus moradores, a moradia reflete o cruzamento de fatores socioculturais, é um espaço de representação social. Os palacetes ecléticos tiveram como objetivo atender as exigências da clientela burguesa e representaram esse segmento social nas principais capitais do Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Na cidade de Belém surgem como consequência do enriquecimento de uma fração da sociedade durante o período da Belle Époque, momento em que aconteceram grandes transações comerciais internacionais e intensa migração de mão de obra barata atraídas pelo aceno de riquezas que o monopólio da exploração do látex representava. O gosto romântico pela proximidade e convivência da natureza teve grande expressão na Inglaterra e França. Os jardins ingleses, através da tentativa de reprodução da vida no campo, possuíam traçados mais sinuosos e paisagens pitorescas, estão presentes na cidade de Belém em equipamentos públicos como o Bosque Rodrigues Alves, Museu Goeldi e Praça Batista Campos. E os jardins franceses são geométricos e simétricos, com caminhos largos e bem definidos pelos seus canteiros, cercas vivas e arbustos, modelo adotado, principalmente, em residências. O terreno em que se encontra o Palacete Passarinho possui uma área de 3600m², da qual 2758m² correspondem a área ajardinada, composta por passeios sinuosos, demarcados pelos canteiros cimentícios e geométricos com cantos arredondados, pelo chafariz e caramanchão. O traçado francês convivia harmoniosamente com as plantas regionais e europeias, refletindo os sonhos da proprietária que em conjunto com o arquiteto conceberam aquele traçado. Entre os espécimes vegetais constavam roseiras, acácias e palmeiras e no pomar espécies frutíferas como: mangueira, sapucaia, açaizeiros e cupuaçuzeiro. A *zantedeschia aethiopica*, popularmente conhecida como copo de leite, era a plantas favorita da proprietária. Os jardins eram responsáveis pela dissociação do contexto urbano e pelo favorecimento a contemplação e a convivência. São espaços agradáveis que pelo seu porte e beleza, transmite aos transeuntes o status e a importância de seus proprietários. Nesse caso, o edifício apresenta varandas nas fachadas principais fazendo a articulação entre o espaço interior e o exterior. O solarium, localizado nos altos do Palacete, corresponde a um belvedere do qual se tem uma privilegiada visão do jardim, um costume introduzido pelo romantismo. Este artigo tem como objetivo analisar o Palacete Aurélia Passarinho sob o prisma das influências que o espaço verde (jardim e pomar) exerce sobre o espaço construído, entre o jardim e o programa de necessidades dos edifícios ecléticos do século XX no Brasil, bem como o vínculo de seus moradores com os espaços aqui abordados. Para realizar esta análise serão utilizados fotos, textos e relatos da família Passarinho.

Pietra Paes Barreto: graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará, realizando mobilidade internacional no Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra (Portugal). Atualmente integra o grupo de pesquisa “A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores - Belém”. Em sua trajetória acadêmica busca atrelar a realização de pesquisas nas áreas de projeto arquitetônico, patrimônio e restauro com estágios em escritórios de arquitetura a fim de vivenciar o dia a dia da profissão.

Ana Lea Nassar Matos: Doutorado em História – UFPA, Belém-PA. Mestrado em Artes Visuais. UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. Especialização em Planejamento Urbano Integrado. FGV, Rio de Janeiro, Brasil. Especialização em Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico. Especialização em

CASA DA DONA CARLOTINHA: A TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL DA CASA TERESINENSE DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Vitória Isabelle de Souza Oliveira/ Ana Clara Carneiro de Melo/ Camila Soares de Figueiredo/ Amanda Cavalcante Moreira
E-mail: vitoriaisabelle.isa@homail.com

O presente artigo insere-se no tema “Identificação das estruturas e dos programas distributivos, e o estudo de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço”, tendo como objeto de análise a obra conhecida como “Casa da Dona Carlotinha” localizada no cruzamento das ruas Eliseu Martins e Sete de Setembro, nº 1426, no Centro histórico de Teresina, em frente à Praça João Luís Ferreira. A pesquisa tem como principal objetivo evidenciar, a partir deste estudo de caso, as transformações pelas quais passou a planta da casa teresinense no início do século XX, com a inserção de novos cômodos e mudanças de usos já habituais, como por exemplo, a substituição da varanda de refeições pela sala de jantar no interior da casa. Sob inspiração do Estilo Eclético, a residência revela ainda uma inovação na maneira de relacionar-se com o terreno, uma vez que se destaca em meio a outras construções históricas da região, pela maneira como foi implantada no lote, bem como pelo modo como os cômodos foram distribuídos de modo a aproveitar a ventilação e a insolação. Apesar disso, em sua concepção, remete a traços marcantes da identidade local, como os avarandados das casas de fazenda, tipologia determinante para a construção da história arquitetônica local. O estudo foi viabilizado por meio de pesquisas em arquivos públicos e outras fontes bibliográficas, bem como através de levantamentos no local, registros fotográficos, entrevistas e análise comparativa com outras residências da época. A partir disso, foi possível constatar a relevância desse imóvel como exemplar das mudanças arquitetônicas, sociais e econômicas que ocorreram no século XX em Teresina, assim também, a documentação desse imóvel contribui para a preservação da memória urbana da capital do Piauí.

AMANDA CAVALCANTE MOREIRA- Arquiteta e Urbanista (UFPI, 2011); Historiadora (Uespi,2013). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde desenvolveu, com o financiamento da FAPESP, a pesquisa intitulada “Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)”. É doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Teoria e História da Arquitetura, também pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, integrante do grupo de pesquisa “Patrimônio Cultural: cidades e territórios no Brasil” e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPI;

ANA CLARA CARNEIRO DE MELO- Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), foi integrante do projeto de extensão "História da Arquitetura Ilustrada" (2018);

CAMILA SOARES DE FIGUEIREDO- Bacharelada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e pesquisadora do Laboratório Urbano e da Paisagem (LUPA);

VITÓRIA ISABELLE DE SOUSA OLIVEIRA- Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), foi integrante do projeto de extensão "História da Arquitetura Ilustrada" (2018), atualmente é estagiária de arquitetura no Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

O LUGAR DO ORATÓRIO NA CASA SENHORIAL PORTUGUESA

João Vieiras Caldas

E-mail: jvieiracaldas@tecnico.ulisboa.pt

Ao contrário da capela, corpo indispensável numa casa nobre portuguesa, pelo menos entre meados do século XVII e meados do século XVIII fora dos maiores centros urbanos, embora já fosse comum antes e continuasse a construir-se depois, o oratório teve uma utilização mais extensa no tempo e de contornos físicos mais difíceis de delimitar. A capela senhorial, nos seus tempos áureos, tinha de obedecer, entre outras, a duas condições necessárias: ser construída numa propriedade pertencente à nobreza; constituir um corpo identificável no núcleo construído e com porta direta para o exterior, mesmo quando estivesse arquitetonicamente bem integrada na residência. O oratório ia desde o pequeno móvel que podia mudar de compartimento e até se transportava de casa em casa, ao compartimento com posição fixa e pré-determinada na habitação. Os primeiros usaram-se desde a Idade Média até à contemporaneidade, sobretudo em épocas e casas em que não existissem os oratórios em compartimentos fixos, e variavam entre a peça artisticamente mais requintada e o simples armário cuja função só era reconhecível se tivesse as portas abertas. Mas ambos, móveis ou _xos, podiam existir em casas senhoriais com capelas ou em palácios urbanos anexos a conventos em cujas igrejas tinham uma tribuna particular. E ambos estavam geralmente ligados a uma religiosidade mais íntima, desenrolada em ambiente privado. Os oratórios móveis existiram (ainda existem) em residências de um leque social mais alargado. Os oratórios fixos existentes em compartimentos construídos ou adaptados para o efeito — as casas do oratório —, estavam geralmente implantados em residências de classes sociais mais privilegiadas, mas não necessariamente da nobreza. No entanto, há um claro crescimento em número e na qualidade espacial e decorativa dos oratórios das casas da aristocracia, na segunda metade de Setecentos, proporcional ao decréscimo da construção de capelas privadas. A procura gradual de conforto e intimidade ao longo da segunda metade do século XVIII privilegiou os espaços interiores concebidos expressa e exclusivamente enquanto oratórios. A ascensão social de uma aristocracia burguesa também. É desses espaços fixos que trata a comunicação que aqui se propõe. Da sua localização no contexto da distribuição funcional da residência, da sua dimensão relativa, da sua forma e da sua decoração.

Currículo: Arquiteto (ESBAL), Mestre em História da Arte (FCSH-UNL) e Doutor em Arquitetura (ISTUTL), a sua atividade profissional dividiu-se entre a prática da arquitetura, o ensino, a investigação e a crítica. Atualmente é professor de História da Arquitetura no Mestrado Integrado em Arquitetura do IST-Universidade de Lisboa, lecciona no Curso de Doutoramento em Arquitetura do mesmo Instituto onde também se dedica à investigação no quadro do CITUA. Tem publicado artigos e livros, comissariado exposições e orientado teses de mestrado e de doutoramento nos domínios do património arquitectónico, da arquitetura portuguesa das épocas moderna e contemporânea e da história da arquitetura doméstica.

SENTINELAS DA PAISAGEM: OS MIRANTES DAS CASAS BURGUESAS EM SALVADOR

Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida

E-mail: carmitabaltar@gmail.com

O discurso higienista, desenvolvido ao longo de século XIX, atrelado a uma nova ordem imobiliária, ao avanço das técnicas construtivas e à designação de novos papéis para os membros do núcleo familiar, transformariam os espaços residenciais, em Salvador. A casa passou a refletir os ideais burgueses na maneira de morar, assumindo uma função didática na construção do cidadão moderno, das novas sensibilidades e das civilizadas práticas sociais. Ao considerar que a sensibilidade do indivíduo conforma-se também segundo os aspectos e as criações de sua época, a experiência de fruição destes novos espaços, domésticos e/ou públicos, revela as contradições do período nas formas de sua projeção e uso. A educação do olhar e a fruição dos valores estéticos da natureza contribuíram para

a construção de equipamentos urbanos que favorecessem o deleite contemplativo e as maneiras de sociabilidade. Fomentado pela grande colônia de estrangeiros que se instala no distrito da Vitória a partir da Independência, em 1822, este processo estará mais evidente ao longo da chamada Primeira República. Também na habitação burguesa, esta forma de viver estará expressa em elementos que estabelecem uma nova relação com o exterior. Para além das exigências de salubridade, que favoreceram a utilização de grandes janelas, balcões e bay-windows, tratava-se de construir vistas agradáveis, espaços para satisfazer o hedonismo, aliando-os à saúde da casa e dos seus habitantes. A paisagem urbana adquire um status valorizado, uma complementação estética do projeto da habitação, idealizada para o usufruto do morador. Neste contexto destaca-se a construção de mirantes nas casas da elite soteropolitana, no distrito da Vitória. Os principais exemplares encontrados na pesquisa encontram-se no Campo Grande, Corredor da Vitória e Graça, áreas de cumeada com grande recobrimento vegetal e privilegiada vista sobre a Baía de Todos os Santos. Também nas habitações da classe média nos novos loteamentos da Barra são identificados pequenos mirantes dos quais se podia apreciar o mar. Situados em corpos estreitos e, geralmente, recuados do plano da fachada principal, destacam-se da cobertura destes edifícios, em arranjos compositivos distintos. Volumetricamente, estabelecem um contraponto vertical com a horizontalidade do conjunto construído. Seu aspecto figurativo, na maioria das vezes, assume as características do pitoresco, utilizando pérgolas, elementos que remetem aos chalets ou pequenas torres. O acesso estava sempre relacionado à escadaria que, nos projetos mais elaborados, a exemplo da Villa Catharino, contava com um elevador, uma extravagância do proprietário. Através dos mirantes, a casa se apropriava da cidade e dos seus horizontes. Os depoimentos de antigos usuários indicam o uso destes espaços pela família e por visitantes mais ilustres, convidados a apreciar a paisagem da vizinhança de um ponto privilegiado da casa. São poucas as fotografias do período que revelam estes elementos arquitetônicos, seu uso ou as vistas a partir deles. É possível percebê-los, entretanto, como espaços contemplativos e de recreação, de um lazer mais intimista da família ou um lugar de exibição da posição social do morador. Da mesma forma, perceber o enquadramento da paisagem do entorno das casas, o recorte estético que seleciona elementos como edifícios, vegetação ou o mar.

Currículo: Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPE, é Doutora, Mestre e Especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Centros Históricos pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Desenvolve pesquisas que investigam o processo de modernização das cidades, ao longo do século XIX, particularmente, a arquitetura eclética. Atualmente, é professora do Departamento Acadêmico de Construção Civil do IFBA- Campus Salvador.

TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NA CASA AMARANTE – PI: FINAL DO SÉCULO XIX INÍCIO DO SÉCULO XX

Amanda Cavalcante Moreira

E-mail: amandacmoreira@hotmail.com

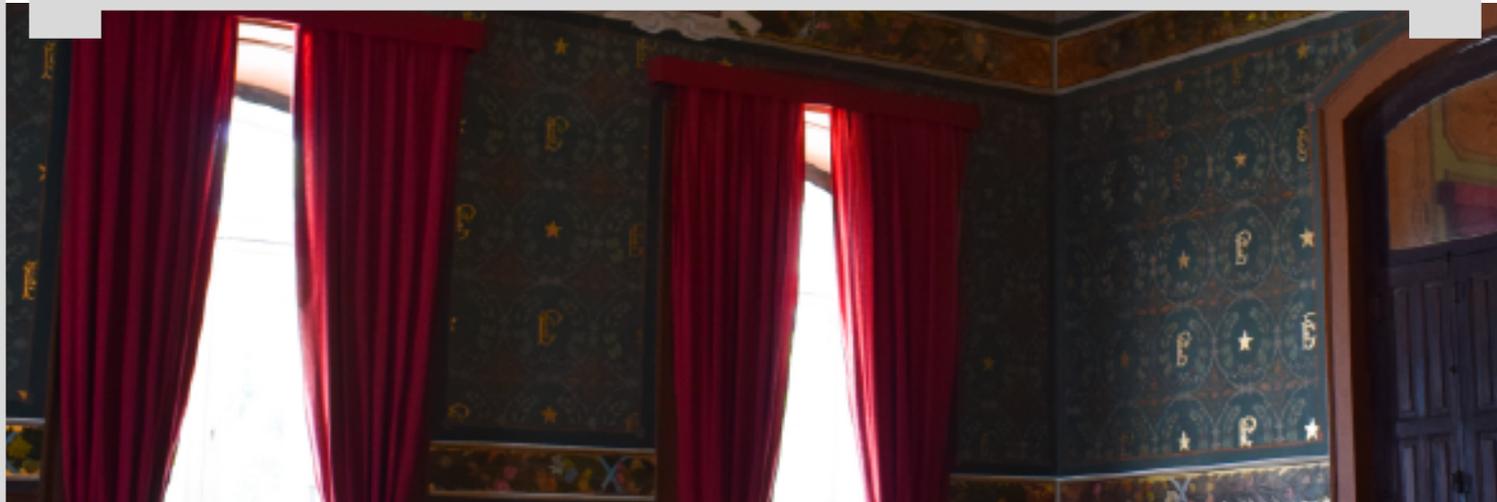
O artigo trata da arquitetura residencial do final do século XIX e início do século XX da cidade de Amarante, Piauí, como parte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento intitulada “A moradia urbana do Piauí (1850-1940)”. A cidade foi fundada na segunda metade do século XX, no interior do estado, como resultado da intensa atividade comercial na região, dada, especialmente, pela proximidade com o rio Parnaíba. Os aspectos relativos à sua fundação certamente interferiram na sua arquitetura, especialmente no tocante às plantas baixas das suas mais valorosas residências: majoritariamente situadas na principal via da cidade, as maiores e mais luxuosas moradias abrigavam, em número considerável, as tipologias popularmente conhecidas como “moradia e comércio” ou “moradia, comércio e rancho”, evidenciando assim a relevância de um estudo e análise dos programas distributivos e uso dos espaços de suas plantas baixas. Utiliza como estudo de caso quatro edificações construídas entre o final do século XIX e o início do século XX, sendo duas destas da tipologia “moradia,

comércio e rancho”, uma da tipologia “moradia e comércio” e uma de função residencial. Aborda, dessa forma, as semelhanças e diferenças entre a configuração espacial dessas três tipologias e sua relação com o uso comercial, além das permanências constatadas nos programas distributivos e configurações da planta baixa em relação à arquitetura colonial, mesmo tendo sido a cidade de Amarante fundada apenas no ano de 1871. Ressalta ainda o descompasso entre a arquitetura residencial e o urbanismo locais, ao considerar que a primeira apresenta uma série de reminiscências do período colonial enquanto a configuração urbana destituiu-se da forte influência da igreja praticada no período. Baseia-se em pesquisa bibliográfica de autores locais e nacionais; pesquisa documental em arquivos públicos e privados e especialmente em levantamentos físicos *in loco*, resultando em uma análise de suas estruturas frente ao cenário piauiense.

Currículo: Arquiteta e Urbanista (UFPI, 2011); Historiadora (Uespi, 2013). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde desenvolveu, com o financiamento da FAPESP, a pesquisa intitulada “Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)”. É doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Teoria e História da Arquitetura, também pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo integrante do grupo de pesquisa “Patrimônio Cultural: cidades e territórios no Brasil” e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí.

BELÉM
2019

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL
A CASA SENHORIAL: ANATOMIA DOS INTERIORES



TEMÁTICA 3

**A ORNAMENTAÇÃO FIXA
AZULEJOS, TETOS, TALHAS,
PINTURAS, ESTUQUES, TÊXTEIS,
PAVIMENTOS, CHAMINÉS,
LAREIRAS, JANELAS, PORTAS E
OUTROS BENS INTEGRADOS**

VILAS SENHORIAIS DO ECLETISMO PELOTENSE

Carlos Alberto Ávila Santos
E-mail: betosant@terra.com.br

No universo da História da Arte, o verbete italiano Villa define uma residência campestre. Ou seja, uma casa senhorial erguida fora do espaço urbano e cercada por jardins e campinas. Na Antiguidade, imperadores e aristocratas romanos ordenaram a construção dessas Villas destinadas ao descanso e prazer. A cidade de Tíbur, atual Tívoli e distante 28km de Roma, na época de Augusto tornou-se moda como local de lazer entre as famílias ricas da capital do Império. Foi nas proximidades dessa urbe que o Imperador Adriano ergueu sua Villa Imperial, um complexo arquitetônico monumental edificado entre os anos de 118 e 133 d.C., cujo projeto foi criado pelo sírio Apolodoro de Damasco – arquiteto oficial de Trajano – juntamente com Adriano. No período maneirista, as Villas se tornaram frequentes na Península Itálica. Dentre elas, é exemplo a Villa d'Este, construída em Tívoli a partir do ano de 1560 para o Cardeal Hippolyte II d'Este. O palacete criado por Pirro Ligorio volta-se para um amplo jardim organizado em terraços sobrepostos e escadarias, com inúmeros tanques, espelhos d'água e fontes ornamentais ornadas com esculturas alegóricas e chafarizes. E, ainda, as Villas projetadas pelo arquiteto Andrea Palladio no entorno de Vicenza, como: a Villa Caldogno, destinada ao comerciante Losco Caldogno, iniciada em 1545 e finalizada em 1570; e a Villa Almerico Capra Valmarana, também chamada de La Caprarola ou La Rotonda, cujas obras se desenvolveram entre 1566 e 1570, por encomenda do Conde Paolo Almerico. No ecletismo pelotense, que se desenvolveu na cidade entre os anos de 1870 e 1931, nas décadas de 1910/20/30 as Villas ressurgiram como residências de industriais que _zeram fortuna no período estudado. Curiosamente, essas moradias receberam os nomes das esposas dos proprietários, moldados em estuque nas fachadas principais das construções: Vila Laura; Vila Augusta; Vila Eulália. Erguidas em grandes lotes de terreno nas áreas periféricas do bairro central da cidade, umas apresentam características da tendência historicista neogótica, outras seguiram as peculiaridades das vertentes neorrenascentista ou neomaneirista, algumas empregaram ou simularam a técnica do enxaimel, procedimento comum nos edifícios medievais do nordeste da França ou do leste da Alemanha. São sete o número de exemplares pelotenses que nos propomos apresentar na comunicação prevista para o próximo Colóquio A Casa Senhorial, com foco nas relações das construções com relação aos lotes, nos aspectos exteriores das caixas murais, na distribuição dos ambientes internos.

Currículo: Carlos Alberto Ávila Santos. Licenciado em Educação Artística, pelo Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas/UFPel. Especialista em Arte Educação, pelo Centro de Artes da UFPel. Mestre em História, Teoria e Crítica da Arte, pelo Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Doutor em Arquitetura e Urbanismo – Área de Conservação e Restauro –, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia/UFBA. Professor Aposentado da UFPel. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da UFPel.

PARQUE DA RESIDÊNCIA: A CASA DOS GOVERNADORES DO PARÁ NO SÉCULO XX

Edson Silva de Aquino Júnior/Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes
E-mail: edsonaquinojr@hotmail.com

No início do século XX, na antiga Avenida Independência, foi construída uma residência localizada até então em uma área distante do centro da cidade. Belém, a “Francesinha do Norte” ainda vive um contexto de abundância, transpira a Belle Époque e é nessa circunstância que a Família Pombo decide pela realização do projeto, até então, para fins residenciais. Posteriormente a residência foi contraída pelo Estado para servir de residência oficial para o governador do Pará. Com essa nova realidade, a residência hospedou pessoas de significativa importância como Eurico Gaspar Dutra que veio a ser Presidente da República posteriormente após atuar como ministro da guerra. Foram recebidos também comitivas, como

a de Alencar Castelo Branco e seus ministros de Estado. Como patrimônio tombado pelo governo do Estado, o edifício de estilo Eclético, conta com materiais de acabamento em madeira oriunda da própria Amazônia nas esquadrias, nos pisos em tacos e tábuas corridas e forros que tiveram seus lustres trazidos da Europa. A partir de 1990 a residência oficial do governador muda de local e a partir desta data, a Residência dos Governadores passou a ocupar secretarias do Estado e a ser chamada de Parque da Residência. O Parque da Residência é um retrato histórico do apogeu da economia e sua relação com o caráter político sempre muito forte no Pará. Conhecê-lo é mergulhar na própria história da cidade através da arquitetura e compreensão do modo como as famílias de grandes posses se comportavam no contexto histórico do Ciclo da Borracha.

Currículo: Zootecnista formado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) tendo atuado na área de Melhoramento Genético através do Programa de Seleção Genética (PROSEG). Atualmente estudante do último semestre de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e aluno da iniciação científica Pibic com a pesquisa voltada às casas senhoriais e edifícios modernistas na cidade de Belém do Pará.

A SALA DE JANTAR DA CASA MUSEU DO AÇUDE E SEUS APARATOS

Mariana Rodrigues

E-mail: contatoarbore@gmail.com

Entendida como o lugar onde se come, quer em volta do caldeirão comunitário quer na mesa posta com talheres de prata, a sala de jantar foi um espaço móvel sem localização fixa nas residências até o século XVIII. Segundo Maria Alexandra Gago da Câmara (2007), mesmo nos edifícios mais imponentes e importantes, a sala de jantar, não existia com a função que hoje conhecemos. Somente após a segunda metade do século XVIII é que tem início a uma delimitação deste espaço de jantar pela classe alta e a burguesia abastada, um privilégio até então dos palácios reais e castelos. A delimitação do espaço para refeições possibilitou a criação de todo um aparato para compor e criar um ambiente decorativo como têxteis, porcelana, prataria, mobiliário, azulejos, adornos, tudo em perfeita harmonia. Objeto desta comunicação, a sala de jantar do Museu do Açude foi um local de grande carga social que recebeu ilustres convidados para refeições sofisticadas. O Museu foi a antiga casa de veraneio do empresário, mecenas e colecionador Raymundo Ottoni de Castro Maya (1894-1968), reformada por ele a partir da década de 1920 ao gosto neocolonial e frequentada pela alta sociedade carioca no início do século XX. Castro Maya reuniu nesta casa grandes coleções com destaque para a de azulejaria portuguesa dos séculos XVII e XVIII e as aquarelas do pintor Jean-Baptiste Debret. A casa foi transformada em museu em 1964 e tombada em 1974. A sala de jantar, atualmente ambientada como na época de Castro Maya, possui dois painéis de azulejos portugueses, louça da Companhia das Índias, taças de cristal francês, mobiliário de jacarandá, prataria portuguesa, entre outros aparatos. O espaço possui um programa decorativo e um acervo importante a ser pesquisado, pois define os hábitos de morar e decorar de uma personalidade importante e marcante numa casa de elite do início do século XX.

Currículo: Designer de Interiores, consultora em Projetos de Artes Decorativas e Arquitetura, pesquisadora sobre azulejaria portuguesa. Mestre em Memória e Acervos pela Fundação Casas de Rui Barbosa na linha de pesquisa de Preservação de Espaços de Memória. Atualmente cursa Especialização em História da Arte e Arquitetura Moderna no Brasil – PUC-RJ, com tema azulejaria moderna na arquitetura do Brasil e de Portugal.

O USO DO FERRO NOS PALACETES REPUBLICANOS DE BELÉM: PARIS N'AMÉRICA, AUGUSTO MONTENEGRO E PARQUE DA RESIDÊNCIA

Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes

E-mail: marcianunes2011@gmail.com

Com a República, o palacete eclético constituiu manifestação do processo civilizador onde nesse tipo de residência os programas distributivos do palacete revelaram o ideário burguês, atendido por uma arquitetura que propunha a individualização da casa e a conciliação de estilos. Devido as mudanças socioeconômicas e conseqüentemente as tecnológicas, profundas alterações ocorrem na maneira de construir. Em Belém o cenário definido pela economia da borracha cria condições para o enriquecimento de uma camada da população estabelecendo o ecletismo e sua nova forma de morar. Geralmente, o palacete era localizado em meio ao jardim, a distribuição dos ambientes a partir do hall de entrada e um espaço para cada função a fim de evitar a sua superposição. As soluções de partido e organização do funcionamento das residências passam por novos materiais e técnicas e, dessa forma, a propor inovações estéticas. A importação dos materiais era completa, e nesse artigo será focada a utilização do ferro na construção dos edifícios que compreendia de estruturas e vedações até as coberturas, escadas e peças de acabamento, calhas pluviais, gradis e portões, que eram aqui comprados através de catálogos, fornecidos pelos fabricantes. Esses tipos produtos poderiam ser montados de acordo com as necessidades do consumidor, e seguiam para seus locais de destino com amplas instruções, o que facilitava muito à sua construção. No Brasil, algumas cidades destacaram-se pela importação de prédios em ferro, como: Recife, Manaus, Fortaleza e Belém. Pelas suas qualidades, o ferro teve boa aceitação nessas capitais, que possuíam pouca mão-de-obra especializada e administrações ávidas por realizações que mudassem a feição urbana e criassem um cenário adequado para a burguesia local. Embora, na Europa do final do século XIX, já não fossem novidade, essas peças representaram um fragmento do que seria a cidade europeia moderna, nos trópicos. Espelhavam o sonho do país menos desenvolvido, ainda pré-industrial, de se adequar ao novo e às tendências ditadas pelos países mais industrializados. Dessa forma, pretende-se levantar dados sobre a utilização do ferro nos palacetes citados e situa-los em um contexto econômico, cultural e social afim de compreender as razões de sua implantação.

Currículo: Pós-Doutoranda da Universidade de Lisboa. Membro Colaborador da Universidade de Lisboa do curso de Arquitetura e Urbanismo – CIAUD. Doutorado em História pela UFPA; Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano e Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UNAMA. Professor do Programa de Pós Graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura da Universidade da Amazônia – UNAMA e do curso de Arquitetura e Urbanismo. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Casas Senhoriais Belém em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa e Universidade Nova de Lisboa.

O ECLETISMO NO PALÁCIO DE LANDI: ANÁLISE ESPACIAL E ORNAMENTAL DA INTERVENÇÃO DE AUGUSTO MONTENEGRO

Elna Maria Andersen Trindade/ Mateus Carvalho Nunes

E-mail: mateuscn4@gmail.com

Este estudo objetiva analisar o gosto eclético da ornamentação nos cinco salões frontais do pavimento superior da Residência e Administração dos Governadores do Grão-Pará, atual Museu do Estado do Pará, resultantes da intervenção do governador republicano Augusto Montenegro (1867-1915), administrador do Estado entre 1901 e 1908. O edifício, projetado pelo arquiteto bolonhês Antônio José Landi (1713-1791) durante seu período na Amazônia (1753-1791), é analisado trans-contextualmente a partir de seus processos de mudança morfológica, incorporando à sua arquitetura a marca da passagem de diversos períodos da história política paraense, como a Colônia, o Império, a Cabanagem e a República, sofrendo intervenções que contribuíram e/ou dificultaram a leitura estética de sua trajetória estilística. Sendo a mais significativa delas, a intervenção abordada neste trabalho reflete as

correntes ideológicas do início do século XX, período de riqueza na economia local, sustentada pela extração e comércio da borracha em intensivo ritmo. Segundo as variantes tipológicas e ornamentais do Eclétismo, intervém-se no prédio setecentista implantando materiais, técnicas construtivas e mão-de-obra importadas, permitidos pelo impulso econômico gerado com a comercialização do látex, visando atender às novas necessidades da administração republicana e a uma atualização construtiva em sintonia com as novas correntes arquitetônicas burguesas da Europa. A intervenção proposta por Augusto Montenegro demonstra uma resposta do Eclétismo e das correntes teóricas que o cercam à atualização tipológica do “prédio administrativo público”, propondo uma abordagem espacial e de significação simbólica confluyente ao panorama europeu para esta determinada função. Nesta análise, busca-se compreender de que forma o aspecto ornamental da edificação é desenvolvido, ao ser empregado de forma variada nos compartimentos de destaque do monumento, objetivando estabelecer uma atmosfera interna única, propícia à exibição e à notoriedade da burguesia local e de seus ideais importados da Europa. A partir de um forte movimento historiográfico de retomada analítica e de valorização do estilo eclético, este trabalho visa contribuir para a elucidação de abordagem, amplamente dificultada e comprometida por diversos rótulos oriundos de certos pensadores durante o movimento moderno. Faz-se necessário entender o que gerou a complexidade do Eclétismo na ressignificação de repertórios tradicionais e de que maneira pode ser interpretada sua diversidade em uma área nobre da edificação.

ELNA MARIA ANDERSEN TRINDADE: Arquiteta e urbanista e doutora em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, membro fundadora do Fórum Landi, no qual coordenou o curso de pós-graduação em “Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de Antônio José Landi” (2006-2008). Atualmente participa das atividades do Fórum Landi (UFPA) e integra o grupo de pesquisa “A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores – Belém”.

MATEUS CARVALHO NUNES: Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Pará (FAU-UFPA). Doutorando em História da Arte pela Universidade de Lisboa. Investigador associado ao Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa (ARTIS-IHA-UL), ao Fórum Landi (FAU-UFPA) e ao Laboratório da Forma na Razão e na Alucinação (LAFORA-FAU-UFPA).

CASAS SENHORIAIS RURAIS NO SUL DE MINAS GERAIS: FAZENDAS NO TERRITÓRIO DE GUAXUPÉ E POÇOS DE CALDAS

Rafael Augusto Silva Ferreira/ Ana Carolina Dionésio de Almeida

E-mail: ferreiraprojetos1@gmail.com

Os municípios mineiros de Guaxupé e Poços de Caldas, na fronteira com o Estado de São Paulo, são detentores de um rico patrimônio arquitetônico rural, representado por um conjunto de fazendas ligadas à produção do café, construídas entre meados do século XIX e o início do século XX. A região começou a ser colonizada, em meados do século XVIII, por entrantes mineiros vindos de diversas vilas da Comarca do Rio das Mortes, que foram responsáveis por estabelecer fazendas e fundar novos núcleos urbanos. No final do século XIX o café chega à região de Guaxupé e Poços de Caldas a partir da expansão da produção do noroeste paulista e do Sul de Minas Gerais. O fator histórico que aproxima os dois municípios, ligado à produção do café na região, é a chegada dos trilhos da Cia Mogiana de Estradas de Ferro, estabelecendo-se em Poços de Caldas em 1886 e em Guaxupé em 1903. Em função das características da formação desse território, identifica-se uma tipologia própria de fazendas, fruto do hibridismo das culturas mineira, paulista e de imigrantes, sobretudo italianos e portugueses. O presente artigo procura contribuir com estudos sobre a arquitetura rural, em específico sobre a caracterização dos programas funcionais, da técnica construtiva e da relação com o sítio geográfico de implantação, por meio de levantamentos realizados in loco em exemplares de casas senhoriais rurais encontradas no território de ambos os municípios. A metodologia consiste no levantamento métrico e fotográfico das casas sedes de fazendas, procedendo à uma análise em distintas escalas, a implantação

e relação com o entorno, a distribuição do programa funcional, as diversas nomenclaturas funcionais e simbólicas dos espaços, bem como aspectos técnicos e pormenores construtivos. Recorre-se ao desenho e à fotografia como instrumentos para uma análise formal dos diversos elementos encontrados nas casas senhoriais rurais, atentando-se, sobretudo, para aproximações tipológicas entre os exemplares estudados. Como o condutor da análise, transparece a organização do programa funcional residencial em três conjuntos de atividades do cotidiano: área de recepção de pessoas alheias ao grupo familiar (alpendres, varandas, salas de frente e dormitórios de hóspedes); área doméstica (alcovas, dormitórios, camarinhas, salas de jantar) e área de trabalho doméstico (cozinhas, depósitos, despensas, etc.). Adota-se como referencial teórico-metodológico as obras de Carlos Lemos – Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café (1999) – e Cícero Ferraz Cruz – Fazendas do Sul de Minas Gerais (2010) – além de fontes documentais e bibliográficas no intuito de reconstituir os processos sociais de produção das casas senhoriais. Na esteira dos autores supracitados, procuramos evidenciar e caracterizar o processo evolutivo das tipologias regionais, a partir de uma chave de leitura que considera os hibridismos culturais ocorridos na região de fronteira entre Minas Gerais e São Paulo como determinantes para a similaridade do partido de casas senhoriais no território de estudo. Assim, com o intuito de preencher uma lacuna indicada por Cícero Ferraz Cruz (2010), com relação ao levantamento de campo de regiões do Sul de Minas pouco exploradas (caso dos territórios de Guaxupé e Poços de Caldas), procuramos valorizar o conjunto desse patrimônio arquitetônico com vistas à caracterização de suas dinâmicas particulares e evoluções locais, abrindo possibilidades para futuros estudos comparativos.

Palavras-chave: fazendas mineiras; programa de necessidades; Guaxupé-MG; Poços de Caldas-MG.

Rafael Augusto Silva Ferreira: arquiteto urbanista, professor mestre e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas, membro do Grupo de Pesquisas "História das cidades: ocupação territorial e ideários urbanos".

Ana Carolina Dionésio de Almeida: arquiteta urbanista, professora mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas, membro do Grupo de Pesquisas "História das cidades: ocupação territorial e ideários urbanos".

A CASA SENHORIAL DE TERESINA: REGISTRO E ANÁLISE DOS INTERIORES DO CASARÃO DA RUA BELA

David Alisson da Silva/ Nathália Gomes Freire/ Amanda Cavalcante Moreira

E-mail: davidalisson10@gmail.com

O presente trabalho tem como tema o registro e a análise de elementos arquitetônicos de ornamentação em um distinto edifício histórico teresinense, tendo como estudo de caso o sobrado de estilo eclético construído no início do século XX, que serviu como residência familiar de João Pereira de Carvalho, primeiro Juiz de Paz de Teresina-PI. A edificação em questão localiza-se no cruzamento das ruas Firmino Pires (antiga Rua Boa Vista) e Senador Teodoro Pacheco (antiga Rua Bela), importantes eixos do centro da cidade, e serve, atualmente, ao uso comercial e residencial. Devido a marcante referência criada pelo prédio por sua imponência e riqueza de materiais, o objetivo geral deste trabalho é realizar um estudo dos elementos ornamentais que compõem a arquitetura do sobrado, tais como: pisos, forros, esquadrias, escada e os respectivos elementos vinculados, a fim de contribuir com a fundamentação de sua importância no âmbito da memória e identidade da cidade, se categorizando como um significativo bem patrimonial. Com isso, produziu-se uma documentação teórica e gráfica sobre o referido bem, a fim de contribuir como registro para sua preservação. Foram desenvolvidas metodologias variadas para obtenção de informações relevantes a compreensão física e histórica da edificação. A investigação consistiu na realização de levantamento histórico, por meio de pesquisas e entrevistas; levantamento físico, com vistorias, fotos, croquis, esquemas e representações gráficas; análise tipológica, e estudo de bibliografia equivalente. Assim, tendo em vista que as feições coloniais e ecléticas foram as correntes arquitetônicas escolhidas para representar a imponência de residências

das principais personalidades teresinenses entre os séculos XIX e XX, procurou-se fazer um comparativo com exemplares correlatos da região que datam da mesma época e que assumem posição de destaque no cenário piauiense até hoje, sob finalidade de reforçar o esplendor do bem edificado.

Nathália Gomes Freire: graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI);

David Alisson da Silva: graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI);

Amanda Cavalcante Moreira: Arquiteta e Urbanista (UFPI, 2011), Historiadora (UESPI, 2013). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde desenvolveu, com o financiamento da FAPESP, a pesquisa intitulada “Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)”. É doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Teoria e História da Arquitetura, também pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, integrante do grupo de pesquisa “Patrimônio Cultural: cidades e territórios no Brasil” e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí.

JANELAS E PORTAS DA RESIDÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO DOS GOVERNADORES DO GRÃO-PARÁ: O MOVIMENTO DAS IMAGENS

Elna Maria Andersen Trindade/Mateus Carvalho Nunes

E-mail: mateuscn4@gmail.com

Investiga-se neste trabalho, a partir de uma perspectiva trans-histórica, como o arquiteto bolonhês Antônio José Landi (1713-1791), maneja modelos de matrizes italianas de diferentes temporalidades e tradições nos seus desenhos para os três projetos para a residência e administração dos governadores do Grão-Pará, entre 1759 e 1767, aproximando a leitura dos testemunhos imagéticos e uma história social da arquitetura. As fontes principais desta pesquisa são a coletânea de 22 desenhos executados por Landi para três projetos elaborados para a edificação, também conhecida como Palácio dos Governadores, em comparação com desenhos e gravuras do arquiteto executados em todas as suas fases, desde estudos realizados na Academia Clementina até seus exercícios profissionais na Itália, Portugal e Brasil. Através da produção de seus desenhos, constata-se que Landi se preocupou em constituir um repertório erudito, fundamentado no estudo dos mestres clássicos, tratadistas e arquitetos canônicos. Nesse processo de formação de repertório, o arquiteto bolonhês desenhou fachadas, portas e janelas de diversos prédios de grande importância para o estudo arquitetônico, analisando e relacionando-se com diversos valores da arquitetura, concebendo as imagens como instrumento de compreensão e domínio do pensamento. Busca-se aqui analisar o vigor, a potência e a eficácia do movimento das imagens produzidas por Landi como campo da memória, a partir de um processo não linear, acolhendo as discontinuidades e os anacronismos do movimento das imagens. Nessa operação de armazenamento, manutenção, transmissão e transformação entre o visto, o lido, o estudado e o executado está a base teórica, metodológica e operacional que se procura seguir na abordagem do presente estudo, em diálogo com obras que, em grande medida, estabelecem interlocução com o método proposto por Aby Warburg (1866-1929) na interpretação e leitura das imagens. Com isto, procura-se compreender a dimensão simbólica contida nessas operações de armazenagem, transmissão, transformação e manutenção de modelos obtidos no repertório do arquiteto, através das imagens executadas (do redesenho) por Landi, das janelas e portas de autoria de arquitetos canônicos, como Bibiena, Borromini, Rafael e Michelangelo, e metamorfoseadas nos projetos para a residência e administração dos governadores. Tal operação imagética perpetua-se no conceito de “engrama”, também proposto por Warburg, que compreende a forma da memória social e coletiva, ou seja, como o traço de Landi permanece vivo na memória coletiva e imagética de Belém do Pará.

ELNA MARIA ANDERSEN TRINDADE: Arquiteta e urbanista e doutora em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, membro fundadora do Fórum Landi, no qual coordenou o curso de pós-graduação em “Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de Antônio José Landi” (2006-2008). Atualmente participa das atividades do Fórum Landi (UFPA) e integra o grupo de pesquisa “A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores – Belém”.

MATEUS CARVALHO NUNES: Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Pará (FAU-UFPA). Doutorando em História da Arte pela Universidade de Lisboa. Investigador associado ao Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa (ARTIS-IHA-UL), ao Fórum Landi (FAU-UFPA) e ao Laboratório da Forma na Razão e na Alucinação (LAFORA-FAU-UFPA).

O ORNAMENTO NA PINTURA DECORATIVA OITOCENTISTA FLUMINENSE

Ana Claudia de Paula Torem

E-mail: torematelier@gmail.com

No âmbito das artes decorativas, existem muitas formas de representação pictórica que surgiram em diferentes épocas, para diferentes funções, resultando em diferentes estilos. Estes fenômenos formais que são efêmeros, quando trazidos do passado e revividos em épocas posteriores, participam intensamente da vida social-cultural e por isso são capazes de representá-la com extrema fidelidade. A pintura mural decorativa, revestimento comumente aplicado a tetos e paredes de nossas casas senhoriais, se apresenta no contexto oitocentista fluminense como um notável conjunto de tipologias variadas. As temáticas neoclássicas que acompanharam o gosto arquitetônico vigente, não protagonizaram sozinhas as salas e salões de aparato, mas dividiram as superfícies parietais com composições ornamentais de motivos e ordens diversas. Esse eclético repertório proporciona hoje, uma leitura visual riquíssima, a qual permite identificar e classificar os vários estilos da pintura decorativa fluminense. Com elementos da Antiguidade Clássica, motivos pompeianos, de *rinceau*, ou de conchas e de delicadas *rocailles*, os esquemas de composição fortemente semelhantes aos das decorações francesas e renascentistas, assinalam a recorrência da tradição europeia e o gosto apurado das elites fluminenses. Assim, como integrante efetivo dos conjuntos pictóricos decorativos, o ornamento representado a partir de modelos oferecidos em gravuras, manuais e tratados de arquitetura publicados ao longo dos séculos na Europa, tende a confirmar a intensa circulação destas obras entre os pintores decoradores atuantes no Rio de Janeiro durante o período imperial. Para além de sua vasta aplicação na escultura, no estuque e na *feronnerie*, o presente trabalho traz uma abordagem única acerca do uso do ornamento na pintura decorativa, tomando como estudo de caso três importantes edifícios do século XIX: a Casa da Marquesa de Santos, os Palácios do Catete e da Babilônia.

Ana de Paula Torem: pintora *en Décor*, realizando projetos de pintura mural decorativa com temáticas oitocentistas inspiradas nas gravuras de Frans Post e Rugendas, desde a década de 1990. Mestre em Artes e Design pela PUC-Rio (2005), é também pesquisadora associada à FCRB no projeto de pesquisa “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores”, onde estuda as casas senhoriais e seus interiores, em especial as decorações fixas como a pintura decorativa e o estuque. Sua pesquisa enfatiza a análise acerca do ornamento como parte importante dos programas decorativos e suas características estilísticas.

PAPEL DE PAREDE E AS CASAS SENHORIAIS: A CASA DA HERA COMO EXEMPLO

Carlos Gonçalves Terra/ Kátia Maria de Souza

E-mail: terracg@gmail.com

O papel de parede foi inventado na China, em 200 a.C. onde eram utilizados como um elemento decorativo e confeccionados de maneira artesanal. Inicialmente aplicados de forma rudimentar, com processos diferenciados foram se tornando gradativamente um suporte de decoração importante. Foi trazido ao ocidente pelos comerciantes árabes que haviam aprendido com os chineses como produzi-los. Inicialmente os temas eram da cultura chinesa e depois os padrões da cultura ocidental começaram a ser incorporados e industrializados. Na França, Inglaterra, Portugal, Estados Unidos, Itália e Rússia foram usados intensamente. Determinados ambientes tinham suas paredes revestidas com papel contendo estampas simples, elementos orientais e as cenas de paisagens que poderiam proporcionar a sensação de ampliação do espaço. Monocromáticos ou com o uso de diversas cores tiveram sua grande importância e hoje muitos deles só podem ser encontrados em museus especializados. No Brasil, a importação se iniciou de forma lenta no início do século XIX, tomando impulso na segunda metade desse século, trazido pelos imigrantes europeus. Muitas residências usaram o papel de parede como decoração, algumas ainda mantem resquícios dessas aplicações e em outras, por reformas sucessivas, se perderam. O Museu Casa da Hera é um museu-casa considerado um exemplar significativo de habitação, e está inserido no núcleo urbano da cidade de Vassouras do período áureo da produção cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense. Tombada em 1952 como patrimônio histórico nacional, a Casa da Hera é a única residência da região que mantém, desde a época, o mesmo mobiliário e tratamento original de seu interior, no qual se destacam os salões principais chamados Salão Amarelo e Salão Vermelho respectivamente o salão de baile e a sala de reunião masculina. Essa denominação se dá por conta dos elementos decorativos que constituem estes espaços, com destaque para os belíssimos papeis de parede. O apreço decorativo também se faz notar em outros ambientes da casa onde se alternam a pintura decorativa e aplicação de papel de parede, reproduzindo um repertório decorativo típico das casas nobres de meados do século XIX. São estes papeis que ainda precisam ser mais estudados para verificar sua procedência e a data exata de aplicação. Pretende-se apresentar neste trabalho sua técnica e a escolha dos mesmos. Acreditamos que com esse exemplo estaremos mapeando mais uma das residências senhoriais que usaram papel de parede no Brasil.

Carlos Gonçalves Terra: graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pelotas, RS (1986), mestrado em Artes Visuais/PPGAV/EBA/UFRJ (1993) e doutorado em Artes Visuais/PPGAV/EBA/UFRJ (2004). Atualmente é Professor Associado da Escola de Belas Artes/Universidade Federal do Rio de Janeiro. É avaliador institucional e de cursos superiores do INEP/MEC. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Paisagismo, atuando principalmente nas seguintes áreas: História da Arte e História dos Jardins. Membro do CBHA, da ABCA, da AICA, ICOMBR e do ICOMOS-Brasil. Pesquisador PQ-2 do CNPq. Organizador da Revista Leituras Paisagísticas: teoria e prática (ISSN 1809-0540). Contato: terracg@gmail.com

Katia Maria de Souza: Arquiteta, mestre em História da Arte (1998) e doutora em Artes Visuais (2008) pela EBA/UFRJ. Professora Adjunta, coordenadora do Curso de Design de Interiores, da Universidade Veiga de Almeida, atuando principalmente nas áreas de História da Arte e História e Teoria da Arquitetura e História do Design de Interiores. Parecerista da Revista Intramuros – ABD – Associação Brasileira de Design de Interiores. Tem experiência na área de Arquitetura e urbanismo, com ênfase em elaboração de projetos e gerenciamento de obras civis e de restauração do patrimônio construído. Contato: kativasouza920@hotmail.com.

A PRESENÇA DOS TÊXTEIS NAS CASAS SENHORIAIS

Almir Paredes Cunha

E-mail: almirparedes@gmail.com

Dentre os elementos artísticos integrados aos espaços arquitetônicos das casas senhoriais merecem destaque os têxteis. Eles são representados pelos tecidos propriamente ditos usados nos revestimentos murais, nos estofamentos, nas cortinas ou naqueles empregados em peças de seu acervo como indumentárias, toalhas de mesa, guardanapos, colchas, lençóis e fronhas, além dos têxteis especiais representados por tapetes nos revestimentos de pisos e tapeçarias na decoração de paredes. Será feito um estudo circunstanciado de quais os tipos de têxteis empregados em cada um desses usos, com uma análise dos principais tipos acompanhada de um glossário técnico referente a cada um, uma vez que o conhecimento da tecelagem e dos seus processos são praticamente desconhecidos tanto por parte do público em geral como dos historiadores da arte, sendo imprescindível esse conhecimento para a compreensão exata de como os têxteis são utilizados. Nos revestimentos murais são frequentemente utilizados os damascos, como ocorre no Museu do Itamaraty do Rio de Janeiro. Também será traçado um breve resumo da história dos principais tipos de têxteis empregados, principalmente no século XIX quando os tapetes são executados na técnica da tapeçaria tornando-os extremamente frágeis, como ocorre com os de Aubusson do Museu Imperial de Petrópolis. Um outro exemplo do que ocorre na técnica da tecelagem no século XIX é a execução de painéis têxteis, como imitações de tapeçarias, realizados por teares mecânicos, cujo exemplo pode ser visto no Museu Mariano Procópio de Juiz de Fora. Como Estudo de Caso será feita uma análise sobre os têxteis da Casa de Rui Barbosa.

Currículo: Graduado em Professorado de Desenho pela Escola Nacional de Belas Artes e Faculdade de Filosofia ambas da antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ; Museólogo pelo Museu Histórico Nacional; Doutor e Livre Docente pela Escola de Belas Artes da UFRJ; Realizou o Curso de Classificação do Tecido Histórico no CIETA (Centre International d'Etudes des Textiles Anciens) de Lyon-França; Ex-Diretor da Escola de Belas Artes da UFRJ de 1976 a 1980; Ex-membro do Conselho de Direção do CIETA.

UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE AS PINTURAS PARIETAIS DE CASAS SENHORIAIS DA CAMPANHA GAÚCHA

Monica de Macedo Praz/ Carlos Alberto Ávila Santos

E-mail: monicamaz@gmail.com

Dando continuidade ao tema abordado nos dois últimos colóquios, quando apresentadas as casas senhoriais de três estâncias da Campanha Gaúcha, com um breve histórico sobre suas fundações, e revelando sua arquitetura especialmente as artes integradas e decoração de interiores; o trabalho traz, para o VI Colóquio, um olhar minucioso e investigativo sobre as pinturas parietais encontradas nestes exemplares. A identificação das técnicas, a instrumentalização, a temática escolhida para cada ambiente, bem como a contextualização histórica, passando pelos possíveis artífices e as escolas que os influenciaram, serão abordadas. A casa senhorial da Estância do Serro Formoso, construída, provavelmente em 1854, guarda vestígios que, em análise organoléptica, revelaram que, originalmente, as paredes eram decoradas com pintura artística de forma plena, na sua maioria com motivos orais. Atualmente estão preservadas as artes pictóricas resultantes de uma intervenção ocorrida em 1919. A partir desta intervenção, que alterou a estética interior da casa, a decoração passa a ter novos ares europeus com desenhos e pinturas em estilo art nouveau. A técnica da escaiola está presente na maioria os cômodos. Elas revelam as habilidades do "pintor fingidor", na imitação dos mármore policrômicos comuns aos palacetes da Europa. Também na imitação de madeira e pedra esses artífices, imigrantes ou escravizados, atestaram suas capacidades. A mão de obra instrumentalizada aparece, sobretudo, na execução da técnica do estêncil, cujas pinturas revelam a hierarquia dos ambientes, e preferências pelas temáticas dos desenhos. Por exemplo: para as alcovas ou quarto das moças, guirlandas junto ao forro e barrados à meia parede com desenhos em estilo art nouveau. Os motivos

orais são repetidos em outros cômodos, e analisados quanto ao material empregado, o uso da cor, aos matizes e aos acabamentos. A sede da estância Vista Alegre, de 1888, traz técnica de pintura utilizando tecidos, inusitada entre as casas analisadas, e rara entre o casario urbano usado como instrumento comparativo. Também estão preservadas as escaiolas, provavelmente originais; assemelham-se as da primeira casa nos efeitos, ao passo que se diferenciam pela coloração. Já na sede da Estância Santa Ernestina, de 1910, aparecem as maiores diferenças. Por se tratar de uma construção do início do século XX, além dos ladrilhos hidráulicos em vez de assoalho, e de escaiolas em todas as extensões das paredes – do piso ao teto; modernizam-se os desenhos. Motivos orais aparecem, a partir da técnica do estêncil, porém, não com formas orgânicas, e sim em desenhos geometrizados. Nas dependências de serviço, as ‘gregas’ compõem os barrados à meia parede e como roda forro. A coloração também indica a valoração dada à cada ambiente. Tonalidades vibrantes em cômodos das áreas sociais e cores sóbrias na zona íntima. A repetição de traços que compõe as escaiolas, revelam artífices com notável habilidade de instrumentalização, diferenciando estas das escaiolas encontradas nas duas primeiras casas, enquanto se assemelham ao padrão encontrado no casario pelotense da mesma época. Através dessas análises comparativas é possível preencher algumas lacunas quanto às investigações sobre arquitetura rural do Rio Grande do Sul do século XIX.

Mônica de Macedo Paz: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas. Atualmente, compõe o grupo de pesquisa Casas Senhoriais e seus interiores: estudos lusobrasileiros em arte, memória e patrimônio. Núcleo de Pelotas. Dedicou seus estudos às artes pictóricas de casas de fazenda do RS, no século XIX e início do XX.

Carlos Alberto Ávila Santos: Professor do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas. Licenciado em Educação Artística pelo Instituto de Artes da UFPel. Especialista em Arte-Educação pelo Instituto de Artes da UFPel. Especialista em cultura e Arte Barroca pelo Instituto de Artes e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre em História, Teoria e Crítica da Arte pelo Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Arquitetura e Urbanismo – Área de Conservação e Restauro – pela Universidade Federal da Bahia.

AS PROPOSTAS PARA DECORAÇÃO DE INTERIORES DO ARQUITECTO BOLONHÊS GAETANO LANDI

Isabel Mendonça

E-mail: isabelmendonca@hotmail.com

Em 1810, Gaetano Landi, “professor da Universidade de Bolonha e membro da Academia Clementina”, publicava em Londres as primeiras 30 gravuras aquareladas com propostas para a decoração de átrios, salas, quartos e casas de fresco, ao gosto egípcio, grego, romano, gótico e chinês. Destinavam-se a uma inovadora publicação periódica, bruscamente interrompida pela repentina partida do artista de Londres, numa tentativa de fuga aos credores.

Desconhecemos a influência que estas gravuras, hoje muito raras, podem ter tido na decoração dos interiores da época. São conhecidas apenas duas coleções completas – uma delas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ao que tudo indica oriunda da Real Biblioteca portuguesa. As propostas de Gaetano Landi, contemplando, além da decoração pintada e estucada, móveis, lareiras, cortinados e objectos variados, constituem um interessante reportório do gosto então vigente pelos revivalismos e pelo exótico.

Currículo: Doutorado em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2000), mestre em História da Arte (1995), licenciada em História da Arte (1989) e em Filologia Germânica (1972) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi docente da Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (1990/2011) e directora da mesma instituição (2006/2010). Colaborou com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no inventário do património arquitectónico nacional (1992/2005). Presentemente é investigadora no Instituto de História

da Arte da FCSH – Universidade Nova de Lisboa. Entre os seus temas de investigação contam-se as Artes Decorativas Portuguesas e as Relações Artísticas Portugal / Itália no séc. XVIII. Tem várias obras e estudos publicados sobre estas temáticas.

CHOCOLATEIRAS NA CORTE JOANINA - 1808-1821

Rosângela Leite

E-mail: rosangela.leite@unifesp.br

A documentação para o período joanino atesta a chegada de chocolateiras à Corte do Rio de Janeiro. Todavia, esses objetos não caíram, de pronto, no gosto da elite. Nesta comunicação analisaremos a relação entre presença material e ausência desses artefatos nos rituais domésticos. Nossa hipótese é que ao passo que se definia um novo espaço europeu nas Américas, era necessário reafirmar os lugares dos Brasis. Os deslocamentos dos objetos e as marcações das diferenças ocorriam ao mesmo tempo. Os bens funcionavam para a composição, para as resistências e para a criação de um entre lugares, testemunhando presenças e marcando ausências simbólicas que resguardavam as situações de exceção. Esta perspectiva é fundamental à História do Consumo, uma vez que a pergunta sobre a ausência inquirir a própria materialidade, no interior das casas senhoriais.

MORAR ARISTOCRÁTICO NO FLAMENGO: PARTICULARIDADES DA RESIDÊNCIA MARTINS DE ALMEIDA

Denise Vianna Nunes

E-mail: denisenunesfau@gmail.com

A cidade do Rio de Janeiro se expandiu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX a partir do desenvolvimento dos meios de transporte, da abertura de novas vias, e da modernização das técnicas construtivas no Brasil, entre outros. Na década de 1920 verificava-se diferentes modos de morar entre as classes média e alta da cidade. Apesar de que já despontavam neste período os primeiros arranha-céus e os bairros litorâneos como Copacabana estavam sendo ocupados, nos bairros mais tradicionais ainda havia palacetes urbanos sendo construídos. Seus arranjos interiores, em muitos casos, se referenciavam nos espaços compartimentados, nos revestimentos e no mobiliário encontrados nas residências elegantes brasileiras e francesas do século XIX. Este trabalho se debruça sobre uma residência senhorial carioca construída em 1928 por encomenda do casal Sylvia de Faro Lacerda Martins de Almeida (1901-1988) e Galeno Martins de Almeida (1870-1948); o palacete com dois pavimentos, situava-se na Travessa Januária nº 16 e 18, no bairro do Flamengo e estava implantado no alinhamento da via em terreno com testada de 26m; sua fachada principal apresentava um grande número de portas e janelas com alguns ornamentos e acabamento austero, quase uma fortaleza voltada para um pátio interno. Os interiores, em contraponto, possuíam numerosos elementos integrados e farto mobiliário. O material iconográfico do acervo da família comprova a compartimentação dos espaços internos em recepção, biblioteca, sala de bilhar, de música, de estar e jantar, entre outros. Diversas publicações em jornais, após o falecimento de seu proprietário, também descrevem os muitos ambientes e o requinte de seu interior e das recepções que ali ocorriam. Os proprietários, como muitos membros da elite de seu tempo, viajavam com frequência para a Europa e cultivavam hábitos franceses. De perfil conservador e monarquista, eram bem relacionados nos meios sociais e políticos paulista e carioca (promoviam saraus todo segundo sábado do mês em seu palacete). Galeno foi fazendeiro, advogado e promotor público e dedicava-se a colecionar arte, livros, prataria, louças e cristais; deixou descrita a origem da pesquisa e compra de cada peça de sua coleção. Segundo o Jornal o Globo de 01.02.1948, foi cultor das Belas Artes, transformou sua casa num museu de objetos de mais apurado gosto e teve o mérito de reunir na sua biblioteca a maior parte das obras existentes sobre o nosso país, possuindo assim valiosíssima brasileira. As fontes primárias de informação para o desenvolvimento deste trabalho são o inventário do proprietário, a escritura da casa, o material iconográfico do acervo da família e plantas de parte do palacete obtidas no Arquivo Geral da Cidade. Diversas fontes secundárias serão consultadas, entre os autores: Ana Lúcia Santos, Bittar e Veríssimo,

Carlos Lemos, Jeffrey Needell, Marise Malta e Patricia Schettino. O presente artigo se insere em pesquisa sobre Transformações nos Modos de Morar Fluminense do século XX – da Casa ao Edifício de Apartamentos, que a autora coordena na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU| UFF).

Curriculo: Doutora em Urbanismo pelo PROURB-UFRJ, Mestre em Arquitetura pelo PROARQ-UFRJ, Arquiteta pela FAU-UFRJ, é Professora adjunta da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU-UFF) e do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IBMEC-Rio, onde leciona disciplinas das áreas de Projeto de Arquitetura e Expressão Gráfica. Colabora em pesquisas e publicações da FAU-UFRJ desde 2008. Atualmente coordena pesquisa sobre Transformações nos Modos de Morar Fluminense do século XX na EAU-UFF.

BELÉM
2019

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL A CASA SENHORIAL: ANATOMIA DOS INTERIORES



TEMÁTICA 4

O EQUIPAMENTO MÓVEL EM SUAS FUNÇÕES ESPECÍFICAS E SUAS RELAÇÕES COM O ESPAÇO; O CONJUNTO E A CIRCULAÇÃO DAS PEÇAS, A ATMOSFERA DO LUGAR

LEITOS E CATRES DITOS RÚSTICOS NO BRASIL COLONIAL

Pedro Ilg Pestana

E-mail: ilgpestana@hotmail.com

Ao nos depararmos com antigos inventários ou observarmos representações de ex-votos e ilustrações de interiores do Brasil Colonial através de artistas como Debret, constatamos a variedade formal dos móveis de repouso utilizados pela sociedade da época. Enquanto os mais abastados possuíam camas com dossel entalhado e ornamentado com tecidos importados, os mais humildes deitavam-se em catres com fatura, em geral, mais simplificada. No entanto, através de exemplares que resistiram até hoje, fica ainda mais evidente a originalidade desses móveis, executados sobre forte influência portuguesa dos bilros do século XVII, mas combinados muitas vezes a elementos fitomórficos estranhos aos empregados na Metrópole. No intuito de comparar e ilustrar esses móveis luso-brasileiros muitas vezes denominados híbridos pela historiadora da arte Tilde Canti, gostaria de expor um conjunto com cerca de vinte móveis de repouso provenientes de uma coleção particular garimpada principalmente em Minas Gerais e estabelecer um paralelo à coleção do mesmo gênero do Museu Regional de São João Del Rey, MG. Pioneiro estudioso do período colonial brasileiro, José Wasth Rodrigues, complementa em seu artigo para o IPHAN - "Móveis antigos de Minas Gerais" – que as *camas de galeria* (ou leitos mineiros) teriam quatro fases, dividindo-se entre as primeiras trazidas de Portugal no início do século XVIII, seguidas pelas já executadas na Colônia ao gosto português dos bilros, além das barrocas e por fim as de estilo rococó. Esses leitos ao estilo rococó, muitos executados já no século XIX, também eram chamados de marquesas e geralmente apresentavam cabeceira e peseira sinuosas. Na coleção pode-se observar não só a presença da curva como também a pintura da madeira, prática muito comum nos móveis mineiros. Desta forma, a apresentação das peças da coleção e do referido museu se propõe a defender e materializar os estudos acima mencionados e buscar assim discutir a subjetividade do gosto e do estilo produzidos naquela região.

Currículo: Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-UFRJ (2009) e especialização em Restauro e Conservação de Bens Patrimoniais pelo SENAI-RJ (2014). Tem experiência na área de projeto e acompanhamento de obras, com ênfase em restauro de bens patrimoniais. Possui interesse pela história do mobiliário brasileiro, suas origens e seus desdobramentos.

TRAZENDO O MUNDO PARA DENTRO DE CASA - A CASA MUSEU EVA KLABIN NO RIO DE JANEIRO

Ruth Levy

E-mail: rlevy@evaklabin.org.br

Uma casa às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, na Lagoa, Zona Sul do Rio de Janeiro. Singela por fora, fachadas brancas com janelas marrons. Por dentro, a surpresa: a obra de uma vida inteira. A coleção reunida por Eva Klabin e disposta na casa onde ela viveu por mais de 30 anos é um dos mais importantes acervos de arte clássica dos museus brasileiros, contando com mais de duas mil peças procedentes de quatro continentes –Europa, Ásia, África e América, cobrindo um arco de tempo de quase 50 séculos. Pinturas, esculturas, peças de mobiliário, tapetes orientais, prataria e objetos de arte decorativa estão distribuídos pelos ambientes e formam um conjunto que é a expressão da personalidade única de Eva Klabin. Os objetos narram a história da arte do Egito Antigo ao Impressionismo, ao mesmo tempo em que contam a história da colecionadora e retratam um modo de viver e de morar. Se a casa de 1931, construída no então recém urbanizado bairro da Lagoa, revela exteriormente uma determinada época, evocada por seu estilo Normando, em um modismo característico da arquitetura eclética daquele momento para as casas "balneares" da cidade, no seu interior, ao contrário, encontram-se registros de muitas épocas, lugares, histórias e vivências, seguindo a tradição do colecionismo do século XIX, o que a aproxima do tema das Casas Senhoriais e seus interiores. A disposição das obras na casa segue exatamente a visão e o gosto de Eva Klabin e é corrente a ideia de que antes de falecer ela fez questão expressar seu desejo de que a casa deveria ser mantida intocada, sem alteração nos ambientes e nos objetos. Mas é sabido que a colecionadora

desfrutava de sua coleção diariamente e intensamente. Ali não estavam objetos inanimados que serviam “apenas” de decoração aos diversos ambientes da casa; ali estavam objetos vivos, capazes de contar o percurso de vida de Eva bem como trazer de volta inúmeras épocas e a situações, quando foram criados e usados. Que papel cada móvel e cada objeto tem neste percurso? Que relação se estabelece entre eles? E quantas vezes a própria Eva mudou seus objetos de lugar buscando contar histórias diferentes? E quantas histórias podemos continuar contando hoje através de cada móvel e de cada objeto que convive nesta casa? Quantas diferentes viagens no tempo e no espaço podemos realizar? Nesta comunicação, através da análise dos interiores da casa museu, vamos reletir sobre como Eva Klabin incontestavelmente trouxe o mundo para dentro de sua casa e como sua casa representou o seu mundo.

Currículo: doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ; pós-graduada em História da Arte e da Arquitetura no Brasil pela PUC-Rio; graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFF e em Museologia pela UNIRIO. É autora dos livros "Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908" e "A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920", publicados pela EBA/UFRJ. É museóloga da Casa Museu Fundação Eva Klabin.

UMA VIAGEM PELOS INTERIORES SENHORIAIS ATRAVÉS DO MOBILIÁRIO DO MUSEU CASA DA HERA: uma contribuição ao estudo do mobiliário oitocentista no Brasil

Kátia Maria de Souza/ Andreia Maria da Silva

E-mail: katiasouza920@hotmail.com

A presente comunicação tem por objetivo apresentar o andamento da pesquisa desenvolvida pelo grupo de pesquisa Design, Cultura e Memória que estuda o Museu Casa da Hera, sua arquitetura, decoração aplicada, mobiliário e objetos decorativos. O Museu Casa de Hera e seu patrimônio, testemunhas da riqueza advinda do café no século XIX, representam uma referência histórico-cultural significativa não só de Vassouras, mas de todo o Brasil. Tendo a sua tipologia classificada como museu-casa, a Casa da Hera, tombada, em 1952, como patrimônio histórico nacional, é uma residência do século XIX, preservada como melhor exemplo de habitação urbana de uma família rica durante o apogeu do café no Vale do Paraíba do Sul, traduzindo o modo de vida dos Teixeira Leite, uma das famílias mais relevantes da cidade naquele século, bem como sendo a única residência da região que mantém, desde a época, o mesmo mobiliário e tratamento original de seu interior. Há pouca informação sobre os objetos decorativos da casa e quanto ao mobiliário apenas sabemos que os móveis pertenceram à família, mas não se sabe a origem, se produzidos aqui no Brasil ou se vieram da Europa como era costume da época. Na casa existem móveis de diferentes estilos com predomínio de influências francesa e inglesa. O fato dos móveis serem predominantemente produzidos em jacarandá contribui para a hipótese de que tenham vindo de alguma manufatura nacional, mas sabemos ainda que dentro da variedade de móveis existentes, alguns com características dos estilos Regência e Império, talvez seja possível encontrar algumas peças de fatura francesa. É por esta razão, que a pesquisa, neste momento, passa a aprofundar a investigação acerca do mobiliário visando reunir informações mais balizadas sobre este patrimônio. Sendo assim, procedeu-se o levantamento do mobiliário, por ambientes, que confrontados com o inventário de bens móveis dos arquivos do IPHAN, demonstrou ser este um conjunto bastante representativo de mobiliário oitocentista e que carece de maiores estudos. Neste sentido, a análise de cada elemento se deu a partir da identificação de suas características formais e construtivas sendo posteriormente confrontada com levantamentos já consolidados de outras casas senhoriais e/ou acervos museológicos que compreendem o mesmo período tratado na pesquisa. Neste sentido, a investigação visa contribuir para o estudo da relação entre arte e decoração, buscando investigar o entrelaçamento entre noções estéticas e toda uma série de materiais e tecnologias empregadas na criação e desenvolvimento do mobiliário do século XIX em solo brasileiro.

Katia Maria de Souza; Arquiteta, mestre em História da Arte (1998) e doutora em Artes Visuais (2008) pela EBA/UFRJ. Professora Adjunta, coordenadora do Curso de Design de Interiores, da Universidade Veiga de Almeida, atuando principalmente nas áreas de História da Arte e História e Teoria da Arquitetura e História do Design de Interiores. Parecerista da Revista *Intramuros – ABD – Associação Brasileira de Design de Interiores*. Tem experiência na área de Arquitetura e urbanismo, com ênfase em elaboração de projetos e gerenciamento de obras civis e de restauração do patrimônio construído. Contato: katiasouza920@hotmail.com

Andreia Maria da Silva Administradora e Designer: Mestre em Sistemas de Gestão (UFF) e possui MBA em Gestão de Negócios e Inteligência Competitiva (UNIRIO). Também graduada em Ciências Contábeis (Moraes Júnior), é pós-graduanda em Design de Interiores pela Universidade Veiga de Almeida - UVA. Atua como Analista em Ciência e Tecnologia na CNEN e como Pesquisadora integrante do Projeto de Pesquisa "Gestão do Conhecimento em Ciências Nucleares". Integra o grupo de pesquisa do IBCT "BRIET: Biblioteconomia, Recuperação de Informação, E-Science e suas teorias", sendo também pesquisadora do Gecopi - Grupo de Pesquisa em Conhecimento, Pessoas e Inovação da UFF.

A SALA DE JANTAR DO INTENDENTE: AMBIÊNCIA E POLÍTICA NA BELÉM DA BELLE ÉPOQUE

Cybelle Salvador Miranda/Camila Trindade da Conceição/ Rony Helder Nogueira Cordeiro
E-mail: cybelle1974@hotmail.com

A sala de jantar de Antônio Lemos, o intendente modernizador de Belém, era amplamente utilizada para recepções no Chalé de Ferro belga onde morava, situado na antiga Estrada da Constituição (atual Avenida Gentil Bittencourt). Nele Lemos viveu entre 1905 e 1912, quando o mesmo foi alvo de um incêndio criminoso. O Chalé de Ferro foi palco de importantes reuniões políticas, sendo a Sala de Jantar o ambiente privilegiado para estes eventos: além das tradições familiares, muitos dos acordos políticos eram promovidos pelo intendente nesse ambiente. Uma mesa e uma quantidade suficiente de cadeiras qualificam o cômodo como um ambiente social, mas a sala de jantar que pertenceu à Lemos não podia ser diferente da expectativa de receber uma ornamentação única, digna do político representante da Belle Époque na Amazônia. A começar pelo conjunto de doze assentos, bem como os objetos como cachepôs, vasos com palmeiras, além da arquitetura em que se integram os ambientes de estar e jantar, limitados por colunas metálicas à mostra no interior da sala de jantar. O mobiliário pertencente ao intendente, juntamente com seu aparelho de jantar configuram o local no contexto novecentista. Portanto, o artigo visa contribuir para a descoberta da cultura visual vigente nos interiores das elites belenenses na passagem do século XIX ao século XX, sondando as possíveis origens desses componentes arquitetônicos que integram a atmosfera da sala de jantar, em conexão com outros ambientes sociais da residência. Serão adotados os preceitos da Cripto-História da Arte definidos por Vítor Serrão (2001), a pesquisa iconográfica e documental terá por base as fotos de época e descrições do ambiente publicadas em jornais locais, fundamentando a compreensão do repertório decorativo e principalmente o papel do equipamento móvel e dos objetos utilitários para os modos de ver e práticas de olhar que nortearam a sua concepção.

Cybelle Salvador Miranda Cybelle Salvador Miranda: é Arquiteta e Urbanista e Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, com Pós-doutoramento em História da Arte pela Universidade de Lisboa. Coordena o Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO), da Universidade Federal do Pará e é docente da Faculdade de Arquitetura e urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo (PPGAU). E-mail: cybelle1974@hotmail.com

Rony Helder Nogueira Cordeiro: Arquiteto e urbanista, mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Pará, Doutorando em História, Filosofia e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia da Faculdade de Ciência e Tecnologia pela Universidade Nova de Lisboa. E-mail: ronycordeiro@yahoo.com.br

Camila Trindade da Conceição: graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Colabora como pesquisadora voluntária no Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO). E-mail: camilatrincon@gmail.com

VIVER COM ARTE: DECORAÇÃO E COLEÇÕES NOS INTERIORES DAS CASAS SENHORIAIS DE FINS DO SÉCULO XIX EM PORTUGAL E BRASIL

Marize Malta

E-mail: marizemalta@eba.ufrj.br

Além da decoração de interiores, que mereceu grandes investimentos nas casas e palacetes nas últimas décadas do século XIX, no intuito de evocar personalidades, foram desenvolvidas muitas coleções artísticas, fenômeno de grande repercussão entre nobres e burgueses, que envolveu quantidade, acúmulo e diferentes graus de qualidade, sendo abrigadas de formas particulares nos ambientes domiciliares. Como foram acolhidas e dispostas essas coleções? Como se articulavam com os móveis e os objetos decorativos? O que diziam dos seus proprietários? Os ambientes domésticos oitocentistas foram tomados como lugares abarrotados de objetos, cujas densidades e variedades de itens dificultavam separar os bons objetos dos maus objetos, discernir a boa arte da má arte ou daquilo que nem como arte poderia ser identificado. Nessa confusão, as coleções se incluem ao meio do abarrotamento de imagens matéricas, cores e texturas domésticas. É no espaço cotidiano de convivência que objetos e pessoas estão em intensa proximidade, onde objetos de diferentes naturezas se confrontam e é possível diversa experiência visual, com os objetos perto dos olhos e do corpo, sugerindo outros modos de “ver” e de dizer das coisas do mundo e das diferentes civilizações que o povoaram e modelaram. Auxiliados por manuais oitocentistas de decoração, que orientavam a conformação das coleções em casa, documentos, relatos e crônicas de época, aliados, especialmente, a um conjunto de fotografias de interiores (Palácio Foz, Fronteira, Pena, São Cristóvão, etc.), procuraremos observar como se articularam as coleções de arte portas adentro, percebendo como se fizeram mostrar, o que mostravam e insinuavam de como se vivia com arte.

Expressões-chave: Coleções em casa; Arte e decoração; Interiores e colecionadores; Palácios e colecionismo

Currículo: Doutora em História e mestre em História da Arte, é professora associada da EBA/UFRJ, atuando na graduação e pós-graduação, em história e teoria da arte, artes decorativas, ambientes históricos, coleções e modos de exibição. É pesquisadora PQ-2 do CNPq, líder dos grupos de pesquisa ENTRESSÉCULOS e MODOS e integrante do grupo Casas Senhoriais em Portugal, Brasil e Goa. Realizou recentemente estágio pós-doutoral no Instituto de Artes da Universidade de Lisboa, com bolsa Capes.

A HERÁLDICA E A ARISTOCRATIZAÇÃO DOS AMBIENTES EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVIII A XX

Gonçalo de Vasconcelos e Souza

E-mail: gvsousa@porto.ucp.pt

Ao longo do período que vai do século XVIII ao século XX, palácios, casas senhoriais, casas nobres, palacetes e outros espaços domésticos assistiram, por parte dos proprietários, a uma política decorativa em que intervieram diversas figurações heráldicas, numa evidência do uso público da condição nobiliárquica do indivíduo em causa ou da respectiva família. A heráldica surge, deste modo, como uma das expressões iconográficas da nobreza e, no âmbito dos objectos móveis e das artes integradas na arquitectura, de Norte a Sul de Portugal, passando pelas ilhas, surgem exemplos dos mais diversos

tipos de representações heráldicas, sinal da respectiva importância na demonstração de um estatuto herdado ou conquistado, no esforço de uma vida. Algumas destas manifestações assumem um papel essencial nessa política aristocratizante do proprietário, associando-o ao seu espaço residencial, tanto nas áreas de recepção como nas de aparato, ou, até, em zonas mais íntimas ou de lazer. Desde o átrio de entrada até ao salão nobre e à sala de jantar, passando pelos corredores, os elementos heráldicos surgem visíveis, muitas vezes de uma forma intencionalmente explícita. E, nesse âmbito, surgem figurações heráldicas mais completas ou outras em que somente intervêm o timbre ou outro elemento heráldico, associados ou não a monogramas. Em termos das artes integradas, a sua presença adquire especial relevância em pinturas murais, estuques, azulejaria, *boiseries* ou, até, nos vidros e espelhos de maçanetas das portas, já para não falar, em termos exteriores, das pedras de armas. Os elementos móveis armoriados surgem através das louças, dos vidros, dos têxteis de aparato, de mesa e de cama, da ourivesaria da prata, do mobiliário ou das encadernações, enriquecendo e introduzindo uma marca pessoal e familiar nos ambientes decorativos. Expressão de poder e riqueza de origens mais ou menos longínquas, a presença da Heráldica associa a dimensão iconográfica à intencionalidade comportamental dos proprietários dos espaços, numa necessidade de afirmação de um estatuto social, que, em Portugal, não vai terminar com a implantação da República, se bem que, de um modo geral, com esse acontecimento, tenham cessado as formas tradicionais de nobilitação.